

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Posmex

Ana Paula Cruz Pereira

“O abraço do braço do mar com a mãe da maré”
**Políticas Públicas e Extensão Pesqueira: o caso da comunidade de Atapuz,
Goiana/Pernambuco.**

Recife
2014

Ana Paula Cruz Pereira

“O abraço do braço do mar com a mão da maré”

**Políticas Públicas e Extensão Pesqueira: o caso da comunidade de Atapuz,
Goiana/Pernambuco.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco –UFRPE, como requisito à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Dra. Irenilda de Souza Lima.

Recife

2014

Ana Paula Cruz Pereira

“O abraço do braço do mar com a mão da maré”

**Políticas Públicas e Extensão Pesqueira: o caso da comunidade de Atapuz,
Goiana/Pernambuco.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco –UFRPE, como requisito à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Dra. Irenilda de Souza Lima.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Irenilda de Souza Lima (Orientadora)

Prof^ª Dra. Betânia Maciel de Araújo (Examinadora Interna)

Prof^ª Dra. Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa (Examinadora Interna)

Prof^ª Dra. Rozélia Bezerra (Examinadora Externa)

Recife, 25 de agosto de 2014.

**Dedico este trabalho aos habitantes de
Atapuz, Goiana-PE e às pessoas que amo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Ao meu avô Unaldo Paiva Cruz, por sua importância em minha vida, por me ensinar tanto e por gostar das mesmas coisas que eu (arte, animais e música). Obrigada por ter sido meu avô, pai e amigo todos esses anos.

Aos meus pais, Maria Cristina Cruz Pereira – que tanto já me ensinou e quando penso que já aprendi tudo, vem à vida e mostra que posso aprender ainda mais com a sua luta por uma nova vida – e João Bartolomeu de Pina Pereira – que me ensinou a dor da distância e hoje me ensina o poder da caridade.

Ao meu tio Marcus Vinicius de Souza Cruz, por ser meu amigo e tanto me ajudar. Quantas vezes me acompanhou ao veterinário para socorrer meus animais e perdia um dia inteiro de trabalho por isso (e ainda levava o lanche!).

À minha tia Miriam Pina, por seu carinho, sua fé e pela paz que transmite. Obrigada por me presentear com seu conhecimento.

Ao amigo de curso Cleyton Vital, por sua amizade, por estar presente quando mais precisei e por ser meu amigo de infância (à três anos e meio).

Aos também amigos de curso Isabel de Jesus, Gisele Picirilli e Marconiedison Silva - pelas ótimas histórias vividas e longos papos nos corredores da UFRPE, pela amizade e por ajudar a tornar a vida acadêmica muito menos sofrível.

Às amigas do curso de L.A. que sempre foram tão importantes para mim, me ajudando a crescer como pessoa, estando presentes nos momentos divertidos e nos momentos difíceis: Irajacira Beltrão, Tathiana Alves Souto, Kath Freire e Raíssa Ivna.

À Jacqueline Moraes, pelas conversas, pela atenção, pelos conselhos “infalíveis”, pelos puxões de orelha (que só faz quem quer nosso bem), por mostrar a importância de renovar a minha fé e, principalmente, por te importares comigo.

À minha “orientadora-professora-coordenadora-fiscal-mãe e amiga” Irenilda de Souza Lima, por sua paciência, pelas conversas, pelos puxões de orelha, por cada momento. Desculpe-me qualquer coisa...

À professora Betânia Maciel, por seu carinho e atenção, por suas aulas sempre tão agradáveis e por aceitar fazer parte da banca de dissertação.

À professora Aparecida Tenório, por ser tão atenciosa e por suas aulas deliciosas tanto no L.A. quanto no Posmex. Obrigada também por contribuir com minha qualificação e por dispor do seu tempo, fazendo parte da banca de dissertação.

À professora Rozélia Bezerra, por sua gentileza, educação e pela disponibilidade em fazer parte de minha banca de dissertação.

Aos professores do Posmex, professora Salett Tauk, Professor Paulo de Jesus (ser humano incrível e com quem muito aprendi) e, especialmente, ao professor Angelo Brás Fernandes Callou, que fez com que eu me apaixonasse pela Extensão Rural desde que foi meu professor na graduação em Zootecnia. Também por suas aulas apaixonantes no Posmex e por ser sempre atencioso, gentil e solícito.

Ao professor Alessandro Jacinto, por sua amizade, carinho, bom humor e por ter sido tão presente em minha vida acadêmica.

À professora Patrícia Silva (UFPB) por me socorrer sempre que precisei tirar dúvidas sobre ABNT.

À amiga Sandra Maria da Silva, por sua amizade e por me socorrer com as impressões.

Aos meus novos e queridos amigos da Medicina Veterinária, Larissa Simionato Barbieri, Bruno Josias da Silva e Sthephanny Fidelis, por me apoiarem e por viverem comigo tantas novas experiências, tornando-as mais prazerosas e menos difíceis.

Aos funcionários do Departamento de Educação, Darcy, Jerry e Márcia Paraíso, que fazem com que tudo funcione bem ao nosso redor e ainda nos presenteiam diariamente com sorrisos e carinho.

Às amigas veterinárias, Fernanda Fukahori e Vanessa Lima, pela amizade e companheirismo.

Agradeço também aos meus “filhos” que por serem tantos, escolho Abelardo como representante, cãozinho paraplégico e esperto que tanto me ensinou nessa vida e que continua a me ensinar... Há 10 anos! Obrigada por seu amor incondicional!

Por fim, agradeço aos habitantes de Atapuz, lugar que sempre me acolheu, pelos amigos que lá fiz, pelo carinho, por suas belezas naturais, por sua cultura tão rica e, claro, pela comida maravilhosa! Agradeço especialmente à dona Cira e Lígia, por tudo!

Ah! Obrigada CAPES, sem a bolsa da pesquisa, eu não chegaria de ônibus na Rural!!!

A todos, meu muito obrigado!!!

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de analisar as políticas públicas para o desenvolvimento local da comunidade de Atapuz, vilarejo de Goiana – Pernambuco e verificar ainda, de que forma as Políticas Públicas direcionadas às comunidades de contextos pesqueiros consideram em suas formulações e execuções a cultura praieira e pesqueira. Buscamos identificar as políticas públicas que são implementadas nessa comunidade e como essas políticas públicas para a pesca ou não estão sendo associadas ao desenvolvimento local. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e um estudo de caso. Nos procedimentos metodológicos foram utilizados: entrevistas semiestruturadas e observação direta com a utilização de um de caderno de campo. Os resultados demonstraram que as políticas públicas existentes na região, em sua maioria, atingem a comunidade, porém, apesar de Atapuz ser uma comunidade pesqueira, nenhuma dessas políticas são específicas para a atividade da pesca artesanal. Foi possível constatar que através de algumas dessas políticas e da construção da estrada de acesso à comunidade, Atapuz vem apresentando elementos que sinalizam para o crescimento econômico e há indícios de que vem melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. Ao mesmo tempo, observou-se que provavelmente o acesso às políticas públicas, mesmo não dirigidas à sua característica pesqueira tornou estes cidadãos mais críticos e dispostos a lutar em conjunto pela melhoria e da localidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Extensão Pesqueira; Desenvolvimento Local; Cultura Popular; Atapuz.

ABSTRACT

The aim of this work was to analyze public policies for the local development of the community of Atapuz, a small village in Goiana – Pernambuco, also examining the way public policies targeted to fishing-related communities consider the coastal and fishing cultures when designing and implementing their projects. We seek to identify the public policies implemented in those communities and to verify to what extent those public policies for fishing or non-fishing activities are being associated with local development. As far as methodology is concerned, it is an exploratory research with a qualitative approach and a case study. The methodological procedures included: semi structured interviews and direct observations, using a fieldwork register. The findings showed that the majority of the existing public policies affect the community but, although Atapuz is a fishing community, none of those policies are intended specifically for the artisanal fishing activity. It was found that through some of these policies and the construction of the Access Road to the community, Atapuz has been presenting elements that indicate economical growth and there are signs that the inhabitants' quality of life has been improving. At the same time, it has been observed that, probably, the Access to public policies, even if they are not directly addressed to their fishing character, they made those citizens more critical and ready to fight together for the improvement of the place.

Key-words: Public Policies; Fishery Extension; Local Development; Popular Culture; Atapuz.

LISTA DE SIGLAS

ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

BSP – Benefício Superação da Extrema Pobreza

BVG – Benefício Variável Gestante

BVN – Benefício Variável Nutriz

CASEs/FUNASE – Centros de Atendimento Socioeducativo vinculados à Fundação de Atendimento Socioeducativo

CIDA – Agência Canadense de Cooperação Internacional

CNP – Confederação Nacional dos Pescadores

CPP – Conselho da Pastoral da Pesca

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

DST/AIDS – Doenças Sexualmente Transmissíveis/Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FUP – Federação Única dos Petroleiros

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPF – Instituto Paulo Freire

IBERCOM – Congresso Internacional de Comunicação

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

L.A. – Licenciatura em Ciências Agrícolas

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Sustentável

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNATER - Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

POSMEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PPF – Programa Paulo Freire

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONABIO – Programa Nacional de Diversidade Biológica

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco

PSF – Programa Saúde da Família

RGP – Registro Geral dos Pescadores

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAP/PR – Secretaria de Aquicultura e Pesca de Pernambuco

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

TICs – Telecentros Comunitários

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Atapuz.....	37
Figura 2.	Localização de Atapuz.....	40
Figura 3.	Pescadores chegando da pescaria com baiteira sem motor carregado de manjubinha.....	47
Figura 4.	Mariscos.....	48
Figura 5.	Beneficiamento de Mariscos realizado no quintal da casa de um morador.....	49
Figura 6.	Trabalho realizado em família.....	50
Figura 7.	Pesca com baiteira utilizando rede.....	51
Figura 8.	Instrumentos de trabalho.....	53
Figura 9.	Posição em que as marisqueiras precisam ficar por longos períodos de tempo, durante o trabalho na coleta de mariscos.....	54
Figura 10.	Área de mangue em Atapuz.....	56
Figura 11.	Área de mangue em Atapuz.....	56
Figura 12.	Pesca de siri utilizando jereré, na Prainha em Atapuz.....	59
Figura 13.	Beneficiamento do filé de siri.....	60
Figura 14.	Baiteras sem motor, na Colônia Z-15.....	61
Figura 15.	Moradores na lavadeira coletiva.....	77
Figura 16.	Casa de taipa.....	77
Figura 17.	Buscada do Santo Benedito, na Festa do Padroeiro dos Pescadores de Atapuz.....	83
Figura 18.	Imagem do Santo Benedito, Padroeiro de Atapuz.....	83
Figura 19.	Buscada do Santo Benedito, Padroeiro de Atapuz.....	85
Figura 20.	Entrada do Santo Benedito da Igreja de Atapuz.....	85

SUMÁRIO

1. Introdução.....	15
2. Capítulo 1: Relação da sociedade com o Estado através das Políticas Públicas...	28
3. Capítulo 2: Atividades de uma comunidade pesqueira.....	36
3.1. Currais Costeiros.....	44
3.2. Espinhéis no Estuário.....	45
3.3. Redes no Estuário com Barco Motorizado.....	46
3.4. Redes no Estuário com Embarcação sem Motor.....	46
3.5. Mariscos.....	48
3.6. Sardinha na Praia.....	50
3.7. Rede de Espera e Arrastão com Barco.....	51
3.8. Pescaria de Zangareia, Camboa.....	52
3.9. Etnoecologia das Sirizeiras/Marisqueiras de Atapuz.....	52
3.10. A Atividade das Marisqueiras.....	58
3.11. A Atividade das Sirizeiras.....	59
3.12. O dia-a-dia de um Pescador Artesanal.....	60
4. Capítulo 3: As Políticas Públicas para uma comunidade pesqueira.....	62
4.1. Programa Paulo Freire.....	63
4.2. Programa Pescando Letras.....	63
4.3. ProJovem – Saberes da Terra.....	65
4.4. Programa Telecentros Comunitários.....	65
4.5. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.....	66
4.6. Programa Fábrica de Gelo.....	66
4.7. Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014.....	67
4.8. Projetos Gente de Maré.....	68
4.9. Programa Bolsa Família (PBF).....	68
4.10. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).....	69
4.11. Programa Saúde da Família (PSF).....	70
4.11.1. Saúde do Adulto/Idoso.....	70
4.11.2. Saúde da Mulher.....	71
4.11.3. Saúde da Criança.....	72
4.11.4. Saúde do Adolescente.....	72
4.12. Programa Chapéu de Palha.....	73
4.13. Programa MOVA-Brasil.....	74
4.14. Programa Mais Educação.....	75
4.15. Programa Brasil Alfabetizado (PBA).....	76
5. Capítulo 4: Desenvolvimento Local e cultura popular em uma comunidade pesqueira.....	79
5.1.A festa do padroeiro de Atapuz, São Benedito.....	84
6. Trajetória Metodológica: alguns procedimentos.....	87
6.1.Fase Preliminar: Sondagem.....	88
6.1.1. Mapa Falado da Comunidade.....	90
6.1.2. Matriz Comparativa do Pescado e com os Jovens.....	91
6.1.3. Calendário Sazonal dos Festejos Populares.....	91
6.1.4. Calendário Histórico dos Principais Acontecimentos que Marcaram a Comunidade.....	91
6.1.5. Visão do Futuro com as Crianças.....	92

6.2. Fase 1: Mobilização do conhecimento de grupos articuladores.....	92
6.3. Fase 2: Mobilização do conhecimento junto a comunidade geral.....	95
6.4. Fase 3: Restituição.....	99
7. Conclusão	100
Referências	105
Anexo	112

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendemos abordar alguns aspectos da forma como o Estado brasileiro se relaciona com a sociedade a partir das políticas públicas, destacando principalmente, àquelas voltadas às comunidades pesqueiras, não apenas aos pescadores e marisqueiras.

E ao nos referirmos às comunidades pesqueiras, vale destacar que a história dos pescadores no Brasil está profundamente ligada à história dos grupos oprimidos da sociedade colonial: os indígenas e, posteriormente, os negros africanos. Foram os indígenas, por seu conhecimento mais antigo dos nossos rios e mares, que forneceram a maior parte das técnicas de pesca utilizadas durante o período colonial (SIRY, 2003).

Consideramos que, se numa comunidade pesqueira há diversidade cultural e de atividades diversas, os pescadores estão incluídos na categoria de agricultores familiares. Para Neves (2012, p. 32), o termo agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.

No contexto da Agricultura Familiar, as políticas públicas das últimas décadas se pautaram no Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2004). No entanto, a partir do ano de 2010, o Brasil passou a contar com a primeira Lei de Ater, a qual “Instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, alterando a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e dando outras providências.” (BRASIL, 2010).

Para Caporal (2011, p. 02):

A Lei 12.188/2010 passou a estabelecer princípios e diretrizes para a ação extensionista, estabelecendo um novo processo burocrático, na medida em que alterou a Lei 8.666, que determina que os recursos orçamentários de fomento a Ater, do governo federal, passem a ser aplicados na modalidade de contratos sem licitação.

Mas, o autor destaca que o governo federal não valorizou a participação popular, que havia sido o alicerce para a Pnater-2004 e, com isso, possibilitou mudanças de caráter técnico-burocrático e também, eliminou a Agroecologia do texto original. Dessa forma, a Lei de Ater de 2010 nasce com o estigma de ser responsável por um retrocesso no campo da extensão rural contemporânea em relação à Pnater de 2003.

A Lei orienta as ações do governo para o segmento de agricultura familiar no qual se inclui os pescadores artesanais. Para Vasconcelos (2009), as atividades da pesca e da agricultura necessitam de políticas públicas traduzidas pela assistência técnica como ação pública, e por práticas educativas, adequadas, para que essas atividades não venham a trazer prejuízos ambientais, e sim possam constituir-se como sistemas produtivos sustentáveis.

Do ponto de vista da sua abrangência, o público para o qual está voltada, a Lei de Ater está direcionada também para os pescadores artesanais e aquicultores, além dos agricultores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, povos da floresta e seringueiros, bem como outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF.

Tanto ao lado da PNATER de 2004 como da Lei de Ater de 2010, para apoio à agricultura familiar que trouxeram a valorização do segmento, é recomendado um novo projeto de desenvolvimento que tenha como elemento norteador práticas sustentáveis de produção e, neste aspecto, aparece à pertinência de se pensar o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento local.

Sobre o desenvolvimento sustentável, Milanez (2003, p. 76), vai afirmar que:

A expressão desenvolvimento sustentável (DS) significa uma nova forma de ver o desenvolvimento e a sociedade, certo dos prejuízos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico atual, busca conciliar a continuação do processo de desenvolvimento de nossa sociedade com a manutenção do equilíbrio ambiental planetário (MILANEZ, 2003, p. 76).

Já desenvolvimento local, segundo Franco (2000), diz respeito à mudança social e reestruturação organizacional, compatibilizando o respeito à mudança social do uso sustentável dos recursos naturais, referindo aos processos de melhoria da qualidade de vida, que assegure sua contribuição para o desenvolvimento local.

Para Pires e Lima (2012), a partir da criação da PNATER, novas diretrizes e orientações político-metodológicas para a prática da extensão rural, romperam com a lógica e visão difusionista de tecnologias, apresentando-se como ferramenta de estímulo e apoio ao desenvolvimento sustentável. E mesmo com a Lei de ATER de 2010, esses princípios são considerados e, assim, a temática do desenvolvimento sustentável é pautada no documento base da PNATER, Plano vinculado ao Ministério do

Desenvolvimento Agrário – MDA, cujos propósitos de estimular a geração de renda e de novos postos de trabalho, são colocados na via da potencialização das atividades relacionadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas, apoio a estratégias de comercialização voltadas para os mercados locais, mas também aqueles regionais e até internacionais, pelo estímulo às iniciativas de processamento, como forma de agregação de renda à produção primária dentre outras estratégias fomentadas pela referida política (BRASIL, 2004).

No caso da pesca, emana do governo federal ações de políticas públicas para a pesca artesanal e desta maneira, o Projeto Político Estrutural da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (2003) estabelece os conteúdos centrais que deverão constituir um Plano Estratégico de desenvolvimento da pesca artesanal, também se apoiando em preceitos do Desenvolvimento Sustentável.

O esperado, segundo Sepúlveda (2005), nesses casos, é que seja possível fomentar um processo de desenvolvimento que seja capaz de responder às demandas da clientela e que tenha de igual maneira, como base operativa, a participação cidadã, na perspectiva de aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos, garantindo uma distribuição mais equitativa dentre as diferentes categorias sociais e regiões do território nacional. Desta forma, acreditamos que sejam atendidas as demandas oriundas do setor da pesca artesanal no Brasil.

Aqui vale destacar que os últimos anos têm sido marcados pela tendência da descentralização das funções públicas e uma maior participação das comunidades nos governos locais ou municipais. Neste sentido, tem sido crescente a presença do poder local na definição das agendas públicas, com evidenciado papel na instauração de mecanismos de gestão democrática. Para tanto, a conjuntura nacional tem trazido à tona um (re) ordenamento do conjunto das forças político-partidárias (LEAL, 2002), com marcante definimento do Estado.

Ao lado disso, no que se refere às ações de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, o já citado documento base da Lei de Ater chama atenção para o surgimento e expansão de diversas iniciativas, visando suprir a carência e vácuo deixado pelo Estado, onde prefeituras municipais, organizações não governamentais e sociais, passaram a assumir tais papéis, ou seja, prestar serviços no ambiente da assistência técnica e extensão. Isto acontece com o apoio direto do Estado através de editais, mas também por iniciativa privada e cooperações tais procedimentos estão na Lei de Ater de 2010.

Essa Lei tornou-se ultrapassada em termos legais o que já foi feito com a PNATER de 2004. Por sua vez, nos estados e municípios, a implementação da Política Nacional de ATER foi articulada com as orientações dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Câmaras Técnicas Estaduais de ATER que, no âmbito municipal, tem nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Câmaras Técnicas Municipais de ATER seus espaços de articulação política (BRASIL, 2004).

Se os princípios e diretrizes da PNATER de 2004 não são mais oficiais servindo, no entanto, como proposta orientadora, nesse sentido, é importante estudar de que forma na contemporaneidade as políticas públicas têm atendido as comunidades pesqueiras e de que forma esse contexto cultural é considerado.

O presente estudo vem na esteira dessas preocupações e tal problemática se enquadra na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Extensão Rural para o Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que tem estudado a temática políticas públicas para os contextos rurais e mais especificamente para o setor pesqueiro. É o caso de estudos feitos por alunos do Posmex em suas dissertações, tais como Rosa Maria Saraiva em “Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local” (2008), Felipe Eduardo Araújo de Carvalho em “Extensão Pesqueira e Desenvolvimento Local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006” (2007), Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos em “As Políticas Públicas e o Desenvolvimento das Comunidades de Pescadores e Pescadoras no Interior de Pernambuco” (2009), Erick Valdevino Bernardo em “Políticas Públicas e equidade de gênero em pesca artesanal: Projeto Pólo Peixe” (2012) e Jadson Minervino da Fonseca em “Processos de Incubação de Grupos Associativos, Assistência Técnica e Extensão Rural: O Caso da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe, em Pernambuco” (2013), entre outros.

O ingresso da autora desta dissertação no Posmex trouxe a possibilidade de realizar a proposta desta pesquisa que surgiu como decorrência de uma experiência vivenciada durante a graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas (L.A.) da UFRPE com a Comunidade pesqueira de Atapuz¹, vilarejo localizado no Município de Goiana, Litoral

¹ Atapuz tem aproximadamente três mil casas, entre residências e casas de veraneio, sem saneamento básico. A pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas, ocupando 90% da população local, sendo as mulheres marisqueiras que pescam e processam alguns produtos e os homens pescadores que se

Norte do Estado de Pernambuco, onde pôde conhecer diversas atividades que a referida comunidade desenvolve, assim como, suas demandas, potencialidades e limitações em relação à atividade pesqueira.

A maior parte dessas informações sobre Atapuz vieram da experiência vivida na graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas, que surgiu durante um projeto de Extensão Universitária, intitulado “*L.A. em Atapuz: uma intervenção planejada*”, onde, durante o período de um ano, tivemos a oportunidade de conhecer melhor a comunidade, seus habitantes, os costumes locais, alguns festejos populares, a religiosidade de seu povo, além de realizar Diagnóstico Rural Participativo (DRP) com alguns grupos, tais como, os jovens, os fiéis da Igreja Evangélica, as professoras da escola e de projetos que estavam sendo executados no vilarejo, os pescadores, as marisqueiras e com as principais lideranças locais, tais como, a presidente da associação de moradores, a presidente da colônia de pescadores, proprietários de pousadas da região, com professores e alunos do programa “Pró-jovem Rural”, entre outros.

O Projeto de Extensão Universitária aconteceu com a participação de um grupo composto por nove estudantes oriundos dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia, que estimulados pelas reflexões desenvolvidas em sala de aula no primeiro período do curso de L.A., elaboraram o projeto visando um processo inspirado na modalidade de pesquisa-pesquisa-ação junto a uma comunidade local, com vistas ao planejamento e execução de ações. Tratando-se, portanto, de uma situação em que o tripé ensino-pesquisa-extensão encontrava-se bastante evidenciado. Procuramos reforçar esta simbiose através de dois artigos científicos intitulados “L.A. em Atapuz: uma intervenção planejada” e “Metodologias Participativas: construindo propostas de ação em Atapuz – Goiana/PE” onde refletimos sobre a prática vivenciada, de forma que a mesma se constituiu como objeto de reflexão no próprio curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.

Dessa forma, colocamos em prática o que aprendemos em nosso curso de origem – no meu caso, o bacharelado em Zootecnia – e ao mesmo tempo colocamos em prática, tudo que estávamos aprendendo no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. Tínhamos por objetivo realizar um projeto de pesquisa-ação na comunidade de Atapuz

restringem ao “braço” de mar local, não se aventurando ao alto mar, até por não disporem de embarcação apropriada.

com vistas a uma intervenção social que contribuísse para o protagonismo local e a melhoria da qualidade de vida da população a partir de um esforço contínuo.

Na origem deste projeto de pesquisa executado foi utilizado o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), uma metodologia desenvolvida no âmbito das Ciências Agrárias, voltada a favorecer que a população local desenvolva sua própria análise sobre a realidade e que este processo seja seguido de um planejamento e de uma ação coletiva. Iniciamos os trabalhos em dezembro de 2009, de forma voluntária com a realização de uma sondagem, onde conversamos com os habitantes do vilarejo e fizemos registros fotográficos.

Uma vez sistematizadas estas informações, pudemos planejar as atividades que seriam desenvolvidas. Com a aprovação do projeto, passamos um ano indo à campo, em Atapuz, onde dividimos o mesmo em três etapas: 1. Mobilização do conhecimento de grupos articuladores; 2. Mobilização do conhecimento junto à comunidade em geral e 3. Restituição e planejamento de ações.

Os dados coletados até este momento serviram de base para os procedimentos posteriores e que resultaram na etapa seguinte do projeto que é a dissertação. Nestas três fases, levantamos informações e percepções sobre a realidade vivida, mobilizamos atores locais, ampliamos o conhecimento e o envolvimento da comunidade em geral no processo de reflexão da realidade com vistas ao planejamento das ações, propiciamos a reflexão crítica da realidade vivida gerando propostas de ação e vislumbrando a tomada de postura ativa diante da realidade vivida.

No contato com a Comunidade de Atapuz, um dos pontos que despertou nosso interesse investigativo diz respeito exatamente ao aparente vazio de ações governamentais relacionadas à promoção do desenvolvimento naquela localidade, inclusive pela via dos Programas de Extensão Pesqueira. Os dados indicavam que os pescadores e pescadoras ficavam negligenciados, sem estímulo para o desenvolvimento, com acesso insuficiente a serviços públicos considerados fundamentais como a educação e a saúde. Tudo indica que falta também o acesso às tecnologias da pesca, como barcos, jangadas, apetrechos de pesca, atualizações sobre técnicas de navegação, pesca e conservação do pescado.

Conseguimos verificar naquela ocasião que a comunidade possui apenas duas formas de organização, são elas: a Colônia de Pescadores e a Associação dos Moradores, e ainda assim, a Associação de Moradores encontra-se sem desenvolver

nenhuma atividade devido à conflitos internos, sendo atualmente presidida por uma veranista, segundo informações dos moradores entrevistados.

A Colônia de Pescadores de Atapuz (Z-15) é uma das seiscentos e cinquenta Colônias registradas na Capitania dos Portos da Marinha e subordinadas às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores (CNP). Hoje em Pernambuco, existem quarenta e uma Colônias de Pescadores registradas e vinte e oito associações de pescadores e aquicultores. Em 2012, na Colônia de Pescadores de Atapuz existiam cento e oitenta pescadores e marisqueiras registrados (as), segundo dados da Secretaria de Aquicultura e Pesca de Pernambuco – SEAP/PE.

Ainda, segundo informações da SEAP (2013), esses dados não são precisos devido à migração de muitos pescadores e marisqueiras para a Colônia de Tejucupapo. Essa migração vem ocorrendo por problemas documentais na Colônia de Atapuz.

Neste trabalho consideramos relevante estudar os fatores que podem estar relacionados ao processo de articulação comunitária para alcançar seus objetivos de se desenvolver trazendo melhores condições de vida e de renda – E talvez nesta direção a comunidade estaria fazendo um boa relação com o Estado e neste aspecto as políticas públicas deveriam ser colocadas no sentido de atender essas demandas tendo em foco ser uma comunidade com uma cultura peculiar.

Nossos questionamentos estão direcionados sobre o empoderamento da comunidade na sua relação com o Estado e com as Políticas Públicas para a pesca que, de maneira direta ou indireta, tenham como resultantes uma perspectiva estimuladora de processos de desenvolvimento local. No sentido do desenvolvimento – que tipo de desenvolvimento tem sido pensado e que leva em consideração o potencial da pesca artesanal e da cultura local que torna este local peculiar em relação aos demais?

Nossa intenção investigativa é de apresentarmos as políticas públicas que existem no Estado de Pernambuco e identificarmos as que são direcionadas às comunidades pesqueiras e que são implementadas em Atapuz; identificamos se e como essas políticas públicas para a pesca estão sendo associadas ao desenvolvimento local para o setor pesqueiro e analisamos de que forma a cultura local praieira e pesqueira são consideradas em prol do desenvolvimento de Atapuz.

Desta forma, nos perguntamos, de que forma o diálogo entre a sociedade local e o Estado tem sido promissor no sentido de conquista e execução de algumas políticas

públicas para o desenvolvimento local? Haveria uma relação entre a fragilidade da organização local e o acesso a políticas públicas para o apoio ao desenvolvimento local?

Objetivo Geral:

Analisar as políticas públicas para o desenvolvimento local da comunidade de Atapuz, vilarejo de Goiana – Pernambuco e de que forma essas políticas consideram a cultura praieira e pesqueira desse lugar.

Objetivos Específicos:

- Identificar as políticas públicas direcionadas às comunidades pesqueiras e que são implementadas em Atapuz;
- Analisar como essas políticas públicas para a pesca estão sendo associadas ao desenvolvimento local para o setor pesqueiro;
- Identificar de que forma a cultura local praieira e pesqueira são consideradas em prol do desenvolvimento de Atapuz.

Buscaremos nos temas relativos ao objeto de pesquisa, o aporte teórico sobre Extensão Pesqueira, Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Participação, visando com isto poder construir um arcabouço que servirá como base para a análise dos dados que serão pesquisados e levantados através de entrevistas semiestruturadas envolvendo pescadores e pescadoras, lideranças locais e representantes dos serviços de extensão pesqueira que têm atuação na área onde o estudo será realizado.

Para atender aos objetivos da pesquisa utilizamos a seguinte trajetória metodológica:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, no que recorreremos a levantamentos documentais (através de arquivos e sites da internet, livros, artigos científicos, documentos oficiais, jornais, projetos de lei, entre outros), como também a pesquisa de campo (através da observação direta) e realização de entrevistas, onde buscamos aprofundar a caracterização da Comunidade de Atapuz do ponto de vista do ambiente em que está inserida. Valendo ressaltar que o ponto de partida deste trabalho tem como referência o Diagnóstico Rural Participativo – DRP realizado durante projeto

de Extensão Universitária, realizado durante a graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas, no ano de 2010.

E sobre pesquisa qualitativa Appolinário (2004) refere-se a esta modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados através de interações sociais e analisados subjetivamente pelo pesquisador. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados, e assim, o pesquisador é o principal instrumento.

Sobre DRP, Chambers (1994, p. 953) diz que “uma família crescente de enfoques e métodos dirigidos a permitir que a população local compartilhe, aumente e analise seus conhecimentos sobre a realidade, com o objetivo de planejar ações e atuar nesta realidade”. O DRP está fortemente relacionado com o envolvimento da população local, onde estes desenvolvem o papel não apenas de informantes, mas de cidadãos ativos, buscando o diálogo e a reflexão. Faria (2006) apresenta as ferramentas de DRP como sendo diagramas visuais e interativos que representam aspectos de uma determinada realidade e vão sendo construídos por um grupo de pessoas em discussão. Para a autora, cada ferramenta tem usos específicos, mas todas elas são instrumentos de abstração acerca da realidade passada, atual ou futura.

Na pesquisa de campo, utilizamos a observação direta. A observação, segundo Gil (2009, p. 100), constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. A observação também nos permite coletar dados em situações que pareça impossível realizar outras formas de levantamento ou de comunicação.

Também realizamos entrevistas semiestruturadas (anexo) com pescadores, educadoras, sirizeiras, marisqueiras e com alguns jovens de Atapuz. As entrevistas foram divididas em quatro blocos. O bloco 1 consiste da identificação e de informações sobre domicílio, escolaridade e profissão do entrevistado. Já no bloco 2, as perguntas foram direcionadas às Políticas Públicas, para traçar um perfil das políticas que chegaram até a comunidade e quais delas são diretamente relacionadas com a pesca artesanal. O bloco 3 aborda a atividade pesqueira, para que pudéssemos conhecer melhor as atividades realizadas especificamente nesta comunidade. Por fim, o bloco 4, que trás questionamentos sobre as manifestações culturais em Atapuz, não apenas as existentes na atualidade, mas também os festejos que fizeram parte da cultura deste

povo e que hoje, por diversos motivos, não estão mais inseridas no calendário cultural da comunidade.

Após as entrevistas, ainda sentindo a necessidade de complementar as informações obtidas com as mesmas, resgatamos conversas registradas durante o período de diagnóstico assim como realizamos novas entrevistas com agentes locais e principalmente com os habitantes mais antigos da região, visando conhecer melhor os festejos extintos na localidade e ter uma visão mais ampla da comunidade em uma comparação entre o desenvolvimento de Atapuz antes e após a construção da estrada de acesso ao distrito.

A pesquisa documental e bibliográfica vem seguindo as orientações de Gil (2009, p.147), quando nos apresenta a diferença entre ambas:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Desta forma, em se tratando de material bibliográfico, recorreremos as contribuições de diversos autores à temática desta pesquisa através de artigos, livros, dissertações e teses e, no que se refere à pesquisa documental, iremos recorrer à fontes documentais referentes à SEAP/PR, às políticas de Extensão Rural e Extensão Pesqueira, regulamentos, entre outros.

Para a realização deste estudo, realizamos um levantamento de material bibliográfico e documental pertinente às áreas de conhecimento e organizações de interesse da pesquisa, isto é, Extensão Rural, Extensão Pesqueira, Políticas Públicas, Desenvolvimento Local, Cultura Popular, entre outras. Inicialmente realizamos 10 dez visitas a Atapuz e fizemos contatos com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP e com o Conselho da Pastoral da Pesca – CPP².

Essa dissertação está organizada em quatro capítulos: Capítulo 1 - “Relação do Estado com a sociedade através das Políticas Públicas”; Capítulo 2 – “Atividades de

² A CPP é uma entidade de serviço e de assessoria, parceiro dos pescadores artesanais dos lagos, rios e mar em sua luta pelo resgate de sua dignidade, cidadania e humanidade plena, seja no campo da realização material, seja no campo de atualização de suas potencialidades espirituais (SIRY, 2003).

uma comunidade pesqueira”, Capítulo 3 - “As Políticas Públicas para uma comunidade pesqueira” e Capítulo 4 – “Desenvolvimento Local e cultura popular em uma comunidade pesqueira”.

A ideia dos capítulos foi de relacionar as bases teóricas pertinentes para a análise do objeto escolhido e o resultado dos dados obtidos no trabalho de campo.

CAPÍTULO 1

“Relação do Estado com a sociedade através das Políticas Públicas”

Ao tratarmos a relação do Estado com a sociedade evidenciamos a existência de mecanismos nesta relação que são as políticas públicas. Para Peters (1986), a política pública é vista como sendo atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Já para Mead (1995), as políticas públicas podem ser compreendidas como um campo dentro do estudo da política que analisa o Governo à luz de grandes questões públicas.

No caso do contexto de uma comunidade pesqueira, as políticas públicas, passadas e contemporâneas parecem indicar que os governos estão atendendo ainda de forma insuficiente às reivindicações dos pescadores e pescadoras. Esta análise observada por Callou (2009) buscou compreender a dívida social assumida pela Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), hoje Ministério da Pesca e Aquicultura.

Na mesma direção, Armani (1998) também destaca que todas as políticas de desenvolvimento direcionadas às áreas rurais do Brasil, nas últimas décadas, tiveram como resultado de longo prazo um privilegiamento da agricultura patronal. O mesmo aspecto é reforçado por Callou (2009), ao se referir ao setor pesqueiro, quando afirma:

Os governos parecem escutar, e muito bem, apenas os professores e pesquisadores que produzem conhecimento científico voltado para o campo das tecnologias. Diga-se de passagem, daquelas tecnologias que podem promover a modernização e o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola do empresariado nacional (CALLOU, 2009, p.1).

Temos dificuldades ao utilizar alguns termos, como por exemplo, a palavra “política”, que pode apresentar conotações diferentes. Se recorrermos ao inglês, teremos “politics e policy”. Na concepção de Bobbio (2002), “Politics”, é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Provavelmente essa idéia de “política” é o mais presente no imaginário dos brasileiros, o que diz respeito à atividade e competição políticas.

Assim como, para Secchi (2010) o sentido da palavra “política”, que em inglês é “Policy”. Para o autor essa dimensão de “política” é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação. Segundo Secchi (2010, p. 01), o termo política pública (*public policy*) está vinculado a esse segundo sentido da palavra “política”. Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

Na relação do Estado com a sociedade sabemos que uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Secchi (2010, p. 02) diz que “uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública, uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Para a compreensão do que consiste a política pública valemo-nos do que diz Heideman (2009, p. 31) de que a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas”.

Atualmente discutem-se vários conceitos com o objetivo de qualificar o tema “Políticas Públicas”, no entanto o mais difundido é o formado por Lasswell (1956, p. 19), que diz que as políticas públicas compreendem as decisões e análises sobre política pública, oferecendo respostas às seguintes questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”.

É usual que se há uma política pública haja também uma forma de acompanhar seu desempenho, seus resultados. Mais do que a crescente sofisticação na produção de instrumentos de avaliação de programas, projetos e mesmo de políticas públicas é fundamental se referir às chamadas “questões de fundo”, as quais informam, basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer (HÖFLING, 2001).

Ao analisarmos e avaliarmos as políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes. Sobretudo quando pensamos em políticas sociais, tais como as de saúde, educação, habitação, previdência, saneamento, entre tantas outras. Os fatores que irão definir seu sucesso ou fracasso são extremamente complexos, exigindo grande esforço de análise.

Na base avaliativa das ações de políticas públicas deve estar presente o controle social. O ideal seria que a própria população que requer a política pública fizesse o acompanhamento de sua implementação e resultados. Acreditamos que a melhor forma

de controle social da ação governamental por meio de políticas públicas acontece pelos movimentos sociais.

Sobre movimentos sociais em Gohn (2003, p.13) encontramos que podem ser vistos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas necessidades.

Para Gohn (2003) há referência de que os movimentos sociais utilizam-se de diversas formas e estratégias de ações indo da demanda, mobilizações, negociações e até de atos de desobediência civil.

Segundo Stadtler (2014), participar de um Movimento Social implica, compartilhar de experiências em comum, de modelos identitários, de comungar anseios de melhoria de vida. Os sujeitos organizados socialmente em razão de uma reivindicação coletiva diante do Estado, como o acesso das pescadoras, têm, enquanto categoria, a emergência de um cotidiano que em algo ou em muitas coisas se assemelha.

Com base em conceitos apresentados por diversos autores, Fox & Callou (2014) mostram que os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos político-sociais construídos como expressões coletivas de luta, resistência e poder de pescadores, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas desenvolvem uma identidade coletiva, que luta pela manutenção de seus bens materiais e simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção alternativos. Esses movimentos acontecem em relações de conflito e poder, entre os pescadores – como atores sociais de camadas populares – e o poder instituído de modo de produção capitalista, do ponto de vista político (Estado), contra o grande capital (empresas) ou mesmo contra a própria cultura política vigente (Estado e Capital).

Contemporaneamente as políticas públicas podem corresponder às demandas dos movimentos sociais em respostas as suas reivindicações ou proposições. Para Molina (2012), as políticas públicas traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Pelo fato de as políticas públicas serem formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais, elas também são denominadas, muitas vezes, políticas sociais.

Segundo Franco (2003, p. 38), essas políticas sociais são divididas em três gerações, que são elas: “Políticas de intervenção centralizada do Estado”, “Políticas públicas de oferta governamental descentralizada” e “Políticas públicas de parceria

entre Estado e sociedade para o investimento no desenvolvimento social”. Nas décadas de 1980 e 1990, predominaram no Brasil os dois primeiros tipos de políticas sociais. Para o autor, as políticas de intervenção centralizada do Estado são as políticas sociais de primeira geração, para as quais:

- I)** O Estado é suficiente;
- II)** Os benefícios são uma espécie de concessão do poder e/ou de intermediação político-partidária, eleitoral ou institucional;
- III)** Seus serviços não são encarados propriamente como direitos; e
- IV)** A gestão governamental não é pública porquanto não é transparente, admite graus insuficientes de accountability e não incorpora – em uma dinâmica democrática – outros atores na sua elaboração, na sua execução, no seu monitoramento, na sua avaliação, no seu controle ou na sua fiscalização.

Ainda para Franco (2003, p. 43), as políticas públicas de oferta governamental descentralizada são as políticas sociais de segunda geração, para os quais:

- I)** O Estado não é mais suficiente, porém cumpre ainda um (quase) exclusivo papel protagônico (desde que consiga se publicizar, razão pela qual as políticas públicas são encaradas, apenas ou principalmente, como políticas governamentais);
- II)** Deve-se perseguir os objetivos da despartidarização e da despersonalização, com o fim da intermediação político-partidária, eleitoral ou mesmo institucional, na oferta dos recursos públicos;
- III)** Deve-se eliminar progressivamente o clientelismo e o assistencialismo;
- IV)** Deve estar obrigatoriamente presente a preocupação com a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e das ações de governo, com seu monitoramento e avaliação e com sua fiscalização ou controle por parte da sociedade;
- V)** Os programas universais ainda são concebidos, em grande parte, de forma centralizada e sua execução é pensada a partir da oferta massiva e indiferenciada.

Em Pernambuco, os pescadores começaram a se mobilizar, com maior intensidade, a partir dos anos 1960, em reação à poluição das usinas de cana-de-açúcar e outras indústrias, que degradavam o meio ambiente, afetando o seu trabalho e seu modo de vida (CALLOU, 1986).

A segunda metade dos anos de 1960 e toda a década de 1970 trouxeram uma nova dinâmica no processo de luta e de organização política dos pescadores e pescadoras no Brasil. Uma ala progressista da Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação³, cria, em Pernambuco, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) nos idos de 1968, por intermédio do Frei Alfredo Schnuettgen, e começa a desenvolver ações políticas destinadas a modificar a situação de marginalização em que viviam os trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal no Nordeste brasileiro (RAMALHO, 2014).

Ainda segundo o autor, foi daí que o CPP começou a organizar politicamente a categoria, tentando fazer com que os pescadores conquistassem sua entidade representativa (a Colônia), que se encontrava entregue – como gostavam de dizer as lideranças comprometidas – a *pelegos* e outras pessoas que não os representavam, e que muitas vezes nem eram pescadores.

A partir de 1970, com a mediação do Conselho Pastoral dos Pescadores, os pescadores passaram a reivindicar direitos previdenciários específicos, a lutar contra a expulsão das praias, pela direção de órgãos de representação (colônias, federações, e confederação), contra o alto preço dos insumos e o baixo preço do pescado pago pelos intermediários. Também demandavam linhas de crédito para o setor pesqueiro artesanal (CALLOU, 1986; SILVA, 2004).

Tendo em vista a importância adquirida pela CPP, para Diegues (1995, p. 122):

Um fato novo nesse período foi o surgimento da Pastoral dos Pescadores, órgão ligado à Confederação Nacional dos Bispos no Brasil. Com a intervenção da Pastoral dos Pescadores, o escopo das lutas foi ampliado, abrangendo temas como a representação democrática, a comercialização, a aposentadoria e previdência social, etc.

Segundo Ramalho (2014), o trabalho da Pastoral dos Pescadores, de fato, impulsionou e redefiniu a vida política dos pescadores e pescadoras, pois estes passaram a pressionar e a exigir modificações na forma de atuação das Colônias e um maior comprometimento de seus dirigentes. Nos fins do ano de 1970 e primeira metade dos anos de 1980, várias Colônias de pescadores de alguns estados do Nordeste, como

³ A Teologia da Libertação é uma doutrina na qual se tomou como preferência a busca de integrar a Igreja Católica a luta dos pobres, oprimidos e marginalizados do terceiro mundo. Inspirada na concepção de cunho marxista transformou-se num elemento de expressão, legitimação e organização dos movimentos populares, enquanto uma alternativa prática ao poder capitalista e à ala conservadora da própria Igreja Católica. Surgiu na década de 1960, tendo na América Latina seu berço e sua maior força.

Pernambuco, Alagoas e Maranhão, começaram a ser dirigidas pelos próprios pescadores, tendo o apoio do CPP, como foi o caso da Colônia de Pescadores de Atapuz.

No caso de Atapuz a constatação de dificuldades de organização poderia explicar as poucas conquistas alcançadas e poucas políticas públicas implementadas. Provavelmente a baixa representatividade justifica isso. Poucas ações sociais coletivas como refere Maria da Glória Gohn (2003) ao descrever um movimento social, justificaria a baixa resposta do Estado para com suas demandas locais.

No caso de Atapuz, as políticas públicas em vigência na comunidade são em sua maioria iguais a tantas outras vivenciadas em outras comunidades não pesqueiras. Atapuz é considerada uma comunidade de culturas tradicionais, que para Diegues (1995), as culturas tradicionais se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil, e se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista, porque tanto a força de trabalho quanto a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda, isto é, em mercadoria.

As culturas tradicionais envolvem padrões de comportamento transmitidos socialmente. São modelos mentais utilizados para perceber, relatar e interpretar o mundo, a natureza, os símbolos e significados socialmente compartilhados, além dos produtos materiais característicos desse modo de produção mercantil (DIEGUES, 1995).

Segundo Callou (1994), essa caracterização dos pescadores artesanais, como uma cultura tradicional, é necessária, por se entender que eles têm uma forma particular de ser e estar no mundo, que permeia todas as suas relações sociais. Para Diegues (1998), na intensa relação entre os pescadores e a natureza, existem ainda as noções de território, identidade e sustentabilidade.

Para Silva (2003), as comunidades pesqueiras são híbridas e multifacetárias, onde a pesca tradicional convive com outras atividades econômicas, como o turismo, o artesanato e a indústria. Nelas, tradição e modernidade coexistem lado a lado, redefinindo sua cultura, sem extinguir a tradição. Desta forma, o mesmo pode ser dito sobre os movimentos sociais, onde prevalece a forma de viver e de representar o que foi vivido.

Portanto, neste capítulo observamos a relação do Estado com a sociedade evidenciando as necessidades dos setores menos favorecidos como é o caso do setor da pesca artesanal.

1.1 As Políticas Públicas para uma comunidade pesqueira

Atendendo ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, identificamos através da SEAP/PE, quinze Políticas Públicas existentes em Pernambuco, que são: Programa Paulo Freire; Programa Pescando Letras; ProJovem – Saberes da Terra; Programa Telecentros Comunitários; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; Programa Fábrica de Gelo; Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014; Projeto Gente de Maré; Programa Bolsa Família (PBF); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); Programa Saúde da Família (PSF); Programa Chapéu de Palha; Programa MOVA-Brasil; Programa Mais Educação; Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Dos quinze Programas de Políticas Públicas identificados anteriormente, apenas nove encontram-se em plena atividade da comunidade pesqueira de Atapuz, são eles: “Programa Paulo Freire”, “ProJovem - Saberes da Terra”, “Programa Bolsa Família (PBF)”, “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)”, “Programa Mais Educação”, “Programa Chapéu de Palha”, “Programa MOVA-Brasil”, “Programa Saúde da Família (PSF)” e o “Programa Brasil Alfabetizado (PBA)” (MEC, 2013).

Os Programas atuantes na comunidade, em sua maioria, não estão diretamente relacionados com a atividade da pesca artesanal e nem com as atividades culturais da comunidade, no entanto, relatos de moradores mostram que são de extrema importância para o desenvolvimento da localidade, uma vez que, contribuem com a melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, através do aumento do poder aquisitivo de cada família que participa destes Programas, promovendo o acesso à melhor alimentação, moradia⁴, educação⁵ e lazer. Em 2013, as donas de casa costumavam frequentar uma

⁴ Segundo relato de moradores, antes do Programa Bolsa Família (PBF), as casas eram em sua maioria feitas de taipa e piso de chão batido. Com o Programa as famílias puderam construir suas moradias de tijolos e piso de cimento queimado. Puderam comprar camas para seus filhos, colchões etc.

lavanderia comunitária (Figura 1), localizada próximo a praça local, hoje, costumam exemplificar a melhoria de vida da comunidade dizendo que hoje, a lavanderia está desativada, porque todo mundo possui em suas residências um “tanquinho” pra lavar as roupas da família. Sendo um exemplo de que a vida de seus habitantes está mudando para melhor, pois não mais residem em casas de taipa (Figura 2), dormem em camas e possuem bem materiais.

Figura 1. Moradores na lavanderia coletiva.



Figura 2. Casa de taipa.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2010.

Quando iniciamos nossa pesquisa em dezembro de 2012, a estrada era de barro, dificultando o acesso à saúde, à educação, ao lazer e tornando o turismo escasso devido à dificuldade de acesso, principalmente nos períodos de chuva, onde a estrada ficava intransitável. Nesta época, haviam diversas residências de taipa, mulheres lavando as roupas de sua família na lavanderia comunitária, uma média de mil moradias (incluindo as casas de veraneio), pouco comércio local (apenas uma farmácia e dois ou três mercadinhos), existiam apenas uma pousada que pertencia a veranistas, poucos habitantes têm carro de passeio e alguns os utilizam como fonte de renda, levando os moradores do vilarejo ao Recife ou a Goiana, cobrando um valor alto para isso.

Hoje, percebemos outra realidade, já identificada no caminho, quando chegamos a estrada de acesso à Atapuz. Logo no início percebemos dois postos de gasolina. Quando entramos na comunidade, encontramos cinco pousadas, uma casa familiar, um

⁵ Os mesmos relataram que ao receberem uma renda mensal, seus filhos puderam se dedicar integralmente aos estudos, não precisando mais catar mariscos ou ajudar no processamento do marisco e do siri para contribuir com a renda familiar.

alojamento; uma pequena loja de roupas, uma sorveteria e dezenas de casas sendo construídas. As casas antes de taipa hoje são de alvenaria.

Os habitantes contam com orgulho que a maioria das casas, hoje, tem um automóvel, tornando distâncias mais curtas. Essas observações quanto a situação social, econômica e cultural de Atapuz pôde ser traduzida em artigo publicado recentemente no XIII Congresso Internacional Ibercom: Comunicação, Cultura e Esferas do Poder, intitulado de *“Cultura pesqueira, festa do padroeiro, folguedos populares: alguns dados sobre a resistência e a hibridação cultural consideradas para a articulação dos valores endógenos para o desenvolvimento local em Atapuz, Pernambuco, Brasil”* (2013), com autoria de Irenilda de Souza Lima, Ana Paula Cruz Pereira e Cleyton Douglas de ApolônioVital.

Os relatos do próximo capítulo evidenciam a variedade de práticas culturais e produtivas registradas a partir das observações diretas, análise documental e frutos das entrevistas realizadas na comunidade de Atapuz.

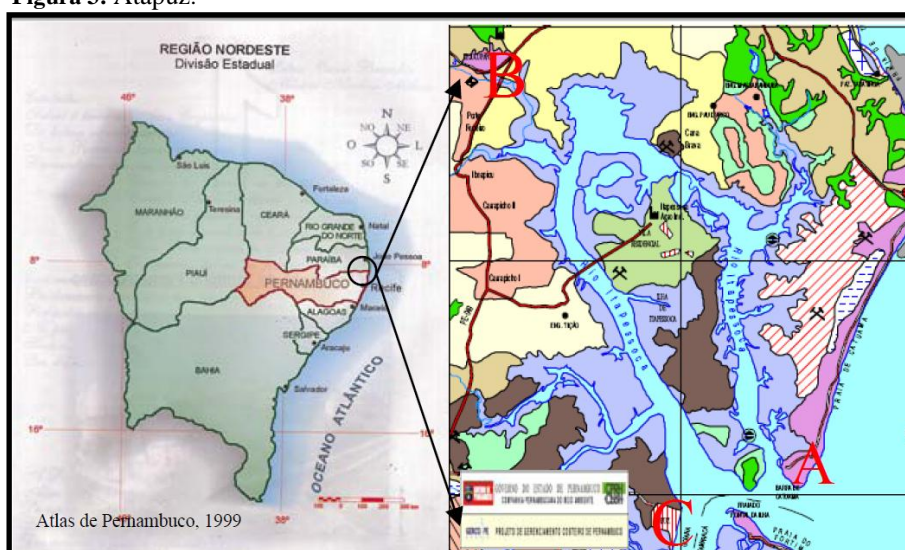
CAPÍTULO 2

“Atividades de uma comunidade pesqueira”

O objeto desta pesquisa está relacionado às atividades da pesca artesanal. A pesca caracteriza-se como uma atividade de fundamental importância socioeconômica para os grupos humanos em diferentes momentos históricos e espaços geográficos, mas também em torno da atividade da pesca há uma cultura relacionada a esta prática.

Considerando a importância desta atividade é fundamental o conhecimento da pesca costeira e oceânica realizada pelas frotas dos municípios litorâneos do estado de Pernambuco. Deste modo, entre todos os municípios litorâneos do Estado, escolhemos como fonte de pesquisa o vilarejo pesqueiro de Atapuz (Figura 3), localizado no município de Goiana, litoral norte de Pernambuco.

Figura 3: Atapuz.



Fonte: Janaína Barbosa da Silva, 2006.

A pesca é uma das atividades mais importantes da Zona Costeira, tanto do ponto de vista econômico, como social. A pesca no Brasil é realizada quase que exclusivamente por pescadores artesanais, alcançando uma produção desembarcada de aproximadamente 280 mil toneladas/ano, em 1960, segundo relatório do PRONABIO (1999).

Segundo PRONABIO (1999), a produção pesqueira brasileira evoluiu até o início da década de 80, chegando a atingir cerca de 900 mil toneladas/ano. A partir de então, os dados disponíveis indicam uma queda, reduzindo, no final da década de 90, a cerca de 600 mil toneladas/ano. Neste período a atividade pesqueira já era responsável por cerca de 800 mil empregos. A partir de 2001 se inicia uma recuperação da produção com 700 mil toneladas/ano.

Em termos quantitativos a produção brasileira é pouco representativa e, comparativamente, é 7,7 vezes menor que a produção peruana e 8,2 vezes inferior à produção chilena – produções que se destacam entre as doze maiores do mundo, segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

Segundo Szpilman (1999), atualmente, a frota brasileira não tem capacidade de capturar e armazenar corretamente os recursos vivos disponíveis nas áreas afastadas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Esta Zona é definida como a faixa oceânica que se estende do limite exterior do mar territorial, de 12 milhas náuticas de largura até 200 milhas da costa. No Brasil, esta faixa representa uma área de mais de três milhões de km².

No Brasil existe cerca de dois milhões de pescadores que realizam suas atividades artesanalmente, pescando próximo a costa brasileira, com embarcações de até dez toneladas. As atividades mais distantes da costa estão vinculadas à pesca industrial, exigindo embarcações de maior porte e com infraestrutura para a realização da pesca por longos períodos.

A pesca industrial é definida como aquela na qual são utilizados barcos de mais de vinte toneladas, geralmente de ferro, e que possuem grande capacidade de captura. A conservação do pescado a bordo ocorre através de câmaras frigoríficas ou de grandes urnas de gelo, construídas no casco do navio. Os seus produtos são direcionados a empresas de pesca, que se encarregam de processar e beneficiar o pescado e vendê-lo a outros intermediários até chegar aos mercados consumidores distantes, nacionais ou internacionais. Os pescadores possuem uma ligação direta com a empresa, o qual representa certa estabilidade laboral e financeira.

A pesca artesanal é definida como de menor escala e com grande diversidade; possui barcos de madeira que podem ter diferentes capacidades de estocagem. A mão de obra tem como base as parcerias ou laços familiares e os produtos são vendidos quase sempre para um atravessador ou para o armador do barco, o qual, por sua vez, vende no mercado local ou encaminha para firmas processadoras ou outros mercados regionais ou nacionais.

O ano de 1979 representa um marco no acesso às políticas públicas para as pescadoras artesanais, o que inclui acesso aos direitos sociais: licença maternidade, aposentadoria, auxílio doença e o seguro defeso. Trinta anos depois dessa data entra em vigor a Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009 que estabelece normas gerais da Política

Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (LEITÃO, 2014, p. 206-207).

Órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa e a comunidade pesqueira apontam uma redução na produção pesqueira brasileira, assim como ocorre mundialmente, devido a fatores relacionados a sobrepesca. Também é indicada a necessidade de medidas de manejo adequadas à realidade das comunidades pesqueiras brasileiras, considerando os aspectos ecológicos e socioeconômicos da atividade. Para tanto se torna fundamental uma política de coleta de dados sistemática e metodologicamente confiável, o que hoje ainda não é encontrado nas ações voltadas à atividade pesqueira no Brasil.

Uma dos aspectos relevantes da pesca no litoral brasileiro trata das suas implicações sócio-econômicas. Em regiões onde as fontes de emprego não são muito numerosas, a pesca se constitui em uma saída favorável, que permite a obtenção de renda contínua sem grandes investimentos. Considerado o seu caráter artesanal, os conhecimentos tecnológicos necessários para a realização da atividade são repassados por gerações, sem que seja necessária uma educação formal ou outras providências no sentido de capacitar os jovens para a atividade. Assim, um grande número de pessoas se dedica à pesca, nas comunidades do litoral.

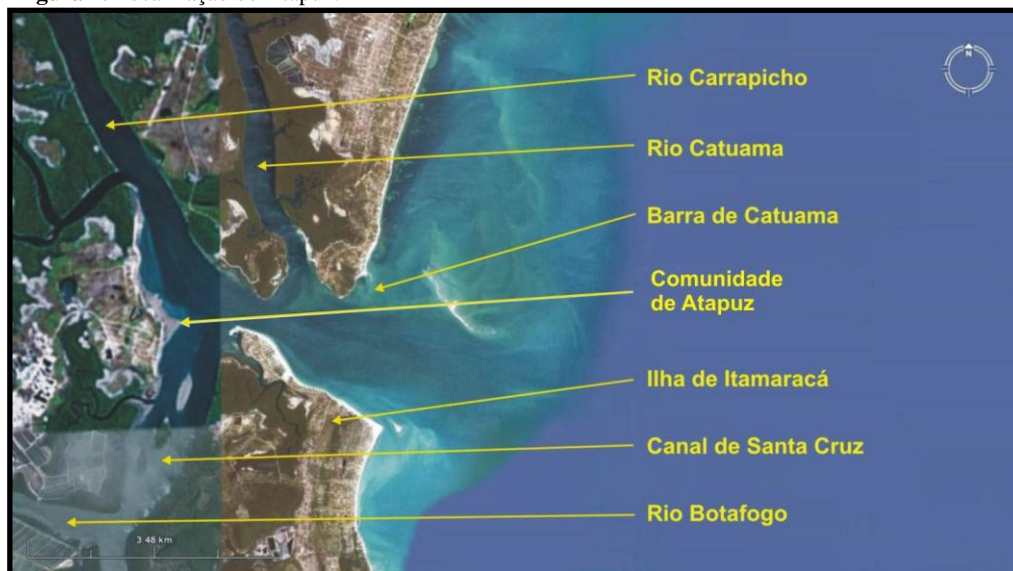
As embarcações motorizadas possuem comprimentos entre oito e dezoito metros, são tripuladas por quatro a seis pescadores e utilizam gelo, que levam no porão, para conservar o pescado. Possuem motores, em geral de pouca potência, mas podem chegar até 300 HP e a Tonelagem de Arqueação Bruta pode chegar a 150 t. Operam em águas costeiras e com autonomia de aproximadamente dez dias (Isaac et al., 1998).

Além dessas embarcações artesanais motorizadas, também atua na pesca estuarina uma grande quantidade de canoas, que são embarcações menores (três a cinco metros), geralmente sem casaria, e que apresentam propulsão a remo ou à vela. São tripuladas por dois ou três pescadores e utilizam também redes de malha e espinhéis, mas de menor porte, ou também servem como transporte para os pescadores que trabalham com currais e para os coletores de mariscos e caranguejos. Canoas podem levar caixas de isopor com gelo, mas frequentemente não utilizam qualquer método para a conservação do pescado (IBAMA, 2000).

O distrito de Atapuz (Figura 4) está situado no litoral Norte de Pernambuco, com população estimada de mil habitantes, entre o canal de Santa Cruz e a ilha de Itapessoca

pertencente ao município de Goiana. Seu acesso é feito pela Estrada do Gambá, próxima a BR-101 Norte ou mesmo por baiteira⁶, para quem vem de Itamaracá. O termo “Atapuz” vem da variação de GATAPU e VATAPU, que em tupi guarani significa BÚZIO, vem dos índios caetés e tabajaras (FERREIRA, 2013).

Figura 4. Localização de Atapuz.



Fonte: Diagnóstico sócio-econômico de Atapuz, Instituto Oceanário, 2009: Localização de Atapuz.

Segundo relato dos moradores mais antigos de Atapuz, a origem do nome se dá pelo fato de que o pescador quando voltava do mar usava o búzio para apitar, avisando aos outros que estava chegando carregado de peixes, para que estes fossem descarregar a embarcação e também ganhar peixes. As terras de Atapuz pertenciam a Francisco Nicolau da Silva (que deu origem ao nome da única escola municipal da localidade) que permitia que os nativos usassem as terras sem pagar, mas não poderiam permitir a entrada de estranhos que tentassem se instalar na região. Por volta dos anos 80, seus filhos venderam as terras para Jorge Brito (da imobiliária Cinol). No ano de 1979 as terras foram loteadas por José Maia Camboim (filho de Joaquim de Brito) e dono da imobiliária Cinol. A CINOL loteou a propriedade em terrenos e os pescadores que viviam às margens da praia, foram indenizados e re-locados para terrenos bem distantes da praia.

⁶ Pequeno barco de pesca artesanal muito utilizado pelas comunidades de pescadores. Seu formato o diferencia da canoa pela sua largura e aberturas laterais. Isso possibilita que os pescadores se distanciem da costa para pescar. A baiteira navega em mares com ondulações onde outros tipos de embarcações pequenas não navegam.

Muitos pescadores vendem suas palhoças à beira mar (caiçaras)⁷ para donos de terrenos e/ou veranistas, que por sua vez, tentam construir ou levantar estacas na areia da praia. Hoje, existem aproximadamente três mil casas, entre residências e casas de veraneio, não há saneamento básico, a água encanada é proveniente de poços artesanais construídos nos quintais da casa e/ou em um tanque construído para abastecer uma parte da população, sendo uma água de má qualidade, salobra e imprópria para o consumo humano.

Os habitantes de Atapuz sempre sofreram com as más condições da única estrada de acesso à comunidade. Durante o período chuvoso, era impossível o transporte dos estudantes até Goiana e Gambá, assim como o acesso dos médicos do único posto de saúde local. Muitas vezes, para terem acesso ao serviço público de saúde, os moradores precisaram se locomover de baiteira para conseguir chegar à Goiana. Hoje, após um longo período de reivindicações, protestos e mobilização comunitária, a estrada de Atapuz foi construída, através de uma parceria entre o governo do Estado e a Prefeitura de Goiana, que autorizou a pavimentação da estrada.

Podemos nos referir a importância da organização e mobilização das pessoas do lugar, assim como sinaliza Gohn (2003) se referindo as ações sociais coletivas comuns ao que fazem os movimentos sociais.

Passados três anos, é comum encontrar moradores que se referem à pavimentação da estrada como um marco no desenvolvimento de Atapuz. Segundo moradores com quem conversamos, a vida mudou para melhor, o acesso ao serviço de saúde e à educação ficou mais fácil, entre outras melhorias percebidas pelos mesmos. Também houve crescimento do turismo local e aumento na especulação imobiliária.

Como já referimos, a principal atividade econômica em Atapuz é a pesca artesanal, onde se estima que 90% da população esteja ocupada nesta atividade. Os homens pescam tainha e manjubinha não se arriscam a ir para alto mar. As mulheres geralmente pescam siri e mariscos, que são processados para a venda do filé, que traz mais retorno financeiro para as mesmas.

No litoral pernambucano, segundo Stadtler (2014), entre os pescadores e pescadoras artesanais, existe um acordo tácito de que quanto mais *mar afora*, mais a pesca é dos homens; ou masculina, como entende o essencialismo. Quanto mais

⁷ Palhoça, na beira da praia, onde se guardam pequenas embarcações, redes e outros apetrechos dos pescadores. Fonte: Idiccionario Aulete – aulete.uol.com.br/caiçara

próxima à praia ou terra a dentro, é a pesca mais exercida por mulheres, ou será feminina? A principal consequência profissional do afastamento do mar vem do fato de as pescadoras não saberem nadar.

O cotidiano dessas mulheres está ligado a atenuação da complexa equação desenvolvimento/meio ambiente. Administram os poucos recursos familiares, pescam em águas não muito profundas, fazem inúmeros “bicos”, tais como, trabalham como faxineiras e empregadas domésticas em casa dos veranistas, nos fins de semana, têm pequenos negócios, como bares, fiteiros, algumas comercializam peixes, mariscos e crustáceos, nas feiras livres dos municípios vizinhos e ainda executam todas as tarefas domésticas e zelam pelos estudos das/os filhas/os em idade escolar (VIEIRA & LIMA, 2003). O papel da mulher na produção artesanal de bens materiais e na pesca no manguezal, juntamente com trabalhos temporários e domésticos contribui e, em muitos casos, garante a renda da família de pescadores (MATA et al., 2008).

É na relação entre as mulheres e o manguezal que são investigados os saberes envolvendo a mariscagem. Saberes estes que não estão relacionados ao nível de escolaridade, mas são construídos através da relação familiar, no contato com a comunidade, na observação da natureza, valorizando uma aprendizagem prática, repassada – através da oralidade – de pais para filhos (DANTAS, 2012, p. 159-160). Para Morin (1973), deve-se ter em conta o valor das culturas, a sabedoria, o saber, os modos de fazer, de conhecimentos muitos sutis sobre o mundo vegetal e animal.

As comunidades criaram saberes e desenvolveram um modo de vida sustentável com base na diversidade da terra, do rio, do manguezal, das marés. A arte da pesca envolve representações simbólicas, uma complexidade de conhecimentos, de adaptações e de experimentos adquiridos no processo de aprendizagem, os quais precisam ser compartilhados, divulgados no meio acadêmico, político, social e na própria comunidade. As histórias de vida não devem ficar invisíveis num mundo globalizado, mas devem ser vistas como parte de uma construção histórica vivenciada pela população humana. O resgate da memória das populações ribeirinhas repõe pedaços da história da gestão da cultura, que é sempre diversa e múltipla (DANTAS, 2012, p. 160).

Para Pires (2014), os tipos de peixe limitam-se às espécies encontradas no Canal de Santa Cruz, nas quais a carapeba, manjuba, boca torta e tainha são os mais comuns.

Em Atapuz, os entrevistados disseram encontrar manjuba, budião, peixe-espada, xaréu e sardinha, além da coleta de mariscos e siris. Quando perguntados sobre o

melhor lugar para pescar na localidade, disseram existir vários pesqueiros⁸, tais como: Pontal, Coruba, Prainha e Tambor do Trovão.

O resultado das entrevistas realizadas com cinco professoras locais, cinco marisqueiras/sirizeiras e cinco jovens que fazem parte do Projeto Pró-Jovem – Saberes da Terra foi que para as mulheres de Atapuz, o siri é o produto que mais trás retorno financeiro. Em 2010, antes da construção da estrada de Atapuz, que segundo todos (as) o (a)s entrevistados (as), é a principal responsável pelo desenvolvimento da localidade e melhoria de vida de seus habitantes, o quilo do siri no verão, chegava a custar R\$ 20,00 (vinte reais) e no inverno R\$ 15,00 (quinze reais), hoje, três anos após a construção da estrada, aumento do número de habitantes, aumento da renda familiar e do número de veranistas, no verão, o quilo do siri é vendido a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), enquanto que no inverno (época mais propícia para a pesca do siri) não existem muitos compradores, então elas vendem o quilo a R\$ 28,00 (vinte e oito reais).

O siri, apesar de proporcionar maior retorno financeiro, exige maior disponibilidade de tempo e trabalho das sirizeiras/marisqueiras, pois demoram a encontrá-los e são vendidos processados (filé do siri). Técnica que aprenderam com uma pesquisadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, do Departamento de Engenharia de Pesca. Sobre o que é necessário para obter um bom pescado, as marisqueiras/sirizeiras responderam que precisam possuir jereré, isca, canoa (baiteira), vara, chumbada⁹, cordão, luva, sapato, forquilha, dentre outros apetrechos.

2.1 Currais Costeiros

Currais são armadilhas fabricadas com diversos materiais - varas, ramos, caniços, redes etc. cujo custo médio total é de R\$ 1.000,00 (mil reais). Os pescadores normalmente seguem a pé até os currais ou com auxílio de embarcações movidas a remo ou vela ou embarcações motorizadas de até 22 cilindradas. As despescas acontecem na maré baixa, quando os peixes que ficaram aprisionados são retirados. A produtividade maior apareceu ser durante o período de chuvas e transição para a seca. O pescador conserva a produção do curral em gelo, geralmente sem eviscerar.

⁸ Pesqueiros são os locais considerados bons para pescar.

⁹ Chumbada é o nome dado a pequenos cilindros de chumbo que são colocados na rede para dar peso a mesma.

A metade da produção é vendida para atravessadores. Os atravessadores direcionam a produção para a capital do Estado. A outra metade da produção é vendida diretamente para o mercado local, pelos próprios pescadores.

Envolvendo grande quantidade de pescadores, que atuam também nas pescarias com rede de emalhar. A pesca com curral demonstrou baixos indicadores profissionais. Menos de 10% dos pescadores são contribuintes da previdência social; 92% não têm carteira de trabalho assinada.

As relações de trabalho observadas são de caráter artesanal/familiar. As famílias dos pescadores são constituídas por seis pessoas, média de quatro filhos, sendo que, algumas poucas vezes os filhos e as esposas atuam na pesca. Os pescadores em geral são do sexo masculino. Normalmente, estes pescadores não têm atividades adicionais regulares, realizam outras atividades esporadicamente, geralmente em trabalhos braçais ou na confecção e reparação das redes de pesca.

Inexistente legislação que normatize este sistema pesqueiro, entretanto, as capturas com currais foram contempladas na Lei da Natureza (nº 9608/1998) que proíbe a construção de currais em áreas de proteção permanente.

Os principais conflitos relacionados a esta atividade são de ordem territorial, em relação aos locais onde os currais são construídos, denotando o usufruto de determinadas partes da costa pelas famílias 'proprietárias' (aquelas que tradicionalmente constroem currais nos mesmos locais).

Em Atapuz existe apenas um curral, utilizado para capturar várias espécies. Segundo relato de pescadores locais, frequentemente são capturados acidentalmente tartarugas e Mero¹⁰.

2.2 Espinhéis no Estuário

São utilizados para a captura de bagres e outras espécies que fazem migrações de pequenas distâncias, entre a costa e o alto mar. Ocorre, principalmente, em rios, baías e enseadas estuarinas. Utilizam baiteiras motorizadas, com nenhuma forma de

¹⁰ Epinephelus itajara um peixe marinho da família Serranidae que habita águas tropicais e subtropicais do oceano Atlântico. É uma espécie de peixe que habita zonas estuarinas (manguezais) e áreas costeiras, por isso, costumam ser encontrados em manguezais e costões rochosos, próximos de naufrágios, pilares de pontes e parcéis. A espécie é muito vulnerável à pesca, pois possui taxas de crescimento lento, atingem grandes tamanhos, agregam-se para a reprodução, maturam sexualmente tardiamente e são territorialistas. O Mero também conhecido como Senhor das Pedras seu formato é arredondado e chega a ultrapassar dois metros de comprimento. Mais informações no site: <http://www.merosdobrasil.org>.

mecanização ou comunicação. Dependendo da duração das viagens o pescado capturado é eviscerado e conservado em gelo (viagens mais duradouras) ou trazido ainda fresco com vísceras (viagens curtas de poucas horas).

Toda a produção é direcionada para os atravessadores, demonstrando o alto grau de dependência dos pescadores com os intermediários do sistema. A variação do preço do pescado nos mercados locais é relevante ao longo do ano e parece estar diretamente relacionada à disponibilidade do recurso.

As entrevistas, demonstraram, que eventualmente os pescadores trabalham em outras atividades de renda diferentes da pesca como agricultura que representou 20% das observações, além de atividades provisórias, como na construção da Estrada do Gambá. Muitos dos entrevistados (30%) se dirigiam para outras pescarias nas “falhas” ou fora das safras das principais espécies capturadas com espinhel. A escolaridade do sistema revelou um percentual de 30% de analfabetos, pescadores adultos com idades entre quarenta e cinco a cinquenta e cinco anos.

2.3 Redes no Estuário com Barco Motorizado

Em Atapuz, as redes estuarinas são utilizadas principalmente na captura de tainhas e manjubas. As embarcações utilizadas caracterizam-se pela ausência de mecanização e de equipamentos para comunicação; são geralmente baiteiras com ou sem motor, capazes de transportar pequenos volumes ou médios de pescado; em geral são capturados em média 100 kg de pescado por viagem. As pescarias são realizadas com redes de espera.

O processamento da produção não é sofisticado, são pescarias de curta duração (até vinte e quatro horas) e os peixes são trazidos frescos e ainda inteiros. A produção de pescado, quando é vendida aos atravessadores, é direcionada ao mercado regional. De fato, os intermediários vendem o que compram diretamente no mercado local quando o pescado está sendo desembarcado.

Um percentual de 90% dos entrevistados é colonizado e 100% dos entrevistados não recebe nenhum tipo de auxílio desemprego/doença por intermédio da colônia ou associação de pescadores. Os pescadores, em geral, são parentes, amigos ou vizinhos e sempre dividem em partes a produção ou o lucro, ou seja, todos são envolvidos de alguma forma com as pescarias, pela concessão da embarcação, dos petrechos etc. A

escolarização da maioria dos pescadores entrevistados é o ensino básico (até o 5^a ano do ensino fundamental). Todos os pescadores entrevistados eram de origem local sem nenhuma instrução profissional relacionada à pesca.

2.4 Redes no Estuário com Embarcação sem Motor

Como fruto de nossa legislação foi possível saber que este sistema de pescaria visa a captura de várias espécies. As pescarias são realizadas por pescadores que não utilizam embarcações (que têm acesso aos pesqueiros sem nenhum transporte ou utilizando meios simples como bicicletas e carroças) ou que utilizam aquelas movidas à remo e/ou vela (Figura 5) que transportam até sete pescadores. Essas embarcações não têm convés ou podem tê-lo de forma semifechada; com ou sem casaria, com quilha. São também vulgarmente conhecidas como baiteiras. Fazem viagens de aproximadamente dois dias, dependendo do tamanho da embarcação e de sua capacidade de estocagem, já que transportam gelo para o resfriamento do pescado capturado para aquelas viagens de mais de vinte e quatro horas. São pescarias conduzidas com rede de espera ou eventualmente por tarrafas, as quais são lançadas da costa ou de uma embarcação. Capturam o peixe realizando um círculo sobre a água cercando-os.

Figura 5: Pescadores chegando da pescaria com baiteira sem motor carregado de manjubinha.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2012.

O mercado local é o principal consumidor dos produtos dessas pescarias essencialmente artesanais. A dependência do pescador a um intermediário/atravesador é grande, principalmente quando este participa da pesca de alguma maneira, fornecendo a embarcação ou o petrecho ao pescador.

A maioria dos pescadores entrevistados conta com o trabalho de suas esposas marisqueiras e/ou sirizeiras para complementar a renda familiar. Além disso, para complementar e a renda, realizam eventuais consertos e fabricação de redes. Os pescadores são em sua maioria colonizados e não recebem qualquer auxílio desemprego e/ou a doença. Suas famílias são extremamente empobrecidas, vivem com renda que oscila em torno de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por pescaria, mas pode acontecer do pescador capturar apenas o almoço dos filhos, o que não é raro. Essas famílias são compostas, em média por sete pessoas (média de quatro filhos). O Bolsa Família também desenvolve importante papel na renda familiar, complementando o que a pescaria e a mariscagem não conseguiu. O ensino fundamental foi o grau de escolarização da maioria dos pescadores entrevistados e um percentual de 30% de analfabetos foi encontrado.

2.5 Mariscos

Os mariscos (Figura 6) coletados são: *unha de velho*, *marisco redondo*, *sururu* e *marisco pedra*, Nas margens do rio e estuário ou no manguezal de todo o litoral norte.

Figura 6. Mariscos



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2010.

As pescarias duram entre poucas horas e um dia inteiro, caracterizam-se por serem manuais, sem emprego de qualquer artefato. O acesso aos locais de coleta se dá através de baiteiras movidas à vela ou remo. Nessas viagens participam cerca de cinco catadores por embarcação. O processamento é simples, logo após a retirada, os exemplares são lavados, descascados, cozidos e salmorrados.

Após beneficiados (Figura 7), os mariscos são vendidos aos atravessadores. Durante a alta estação, período em que ocorre maior demanda do pescado, as marisqueiras coletaram em maior quantidade e conseguem vender não só aos atravessadores, mas também aos veranistas. Nesse período, pelo aumento na oferta, o preço cai, porém as vendas aumentam, compensando a queda no valor de comercialização. Na baixa estação, a coleta diária de marisco, tem baixa representatividade, com isso, o valor de comercialização tem um aumento significativo e poucas vendas. Durante esse período a renda mensal das marisqueiras sofre uma redução bastante significativa para a renda familiar.

Figura 7. Beneficiamento de Mariscos realizado no quintal da casa de um morador.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2010.

Dos entrevistados, 90% são colonizados e afirmaram contribuir com a previdência social. A relação de trabalho observada é exclusivamente familiar (Figura 8); a produção é voltada para o sustento da família nas entre-safras e para venda aos atravessadores nos períodos de maior produção. As famílias são formadas, em média,

por quatro filhos entre meninos e meninas que em algumas ocasiões também exercem a atividade dos pais.

A maioria dos pescadores/catadores e marisqueiras entrevistados eram naturais da região, sendo de Atapuz, Carne de Vaca, Gambá e Itapissuma. A escolaridade dos pescadores do sistema demonstrou um número preocupante de analfabetos, que respondem por mais de 30% dos pescadores entrevistados com idade entre quarenta e cinquenta e cinco anos, entretanto, todas as crianças filhas e filhos das marisqueiras entrevistadas, mesmo descendendo de pais analfabetos, estavam matriculadas no ensino básico ou fundamental.

Figura 8. Trabalho realizado em família.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2010.

Não foram observados conflitos no sistema, mas geralmente observa-se a denúncia de que os mangues estão sendo “derrubados” para o uso da madeira e, conseqüentemente, isto estaria comprometendo a produção de caranguejos e moluscos. Assim como a pesca predatória, utilizando bombas, que segundo os entrevistados é uma prática dos pescadores oriundos de outras regiões.

2.6 Sardinha na Praia

As embarcações utilizadas para captura das sardinhas são baiteiras à vela ou remo ou ainda baiteiras motorizadas (Figura 9). O poder de pesca permaneceu constante nos últimos anos, as redes são de nylon transparente, têm em média aproximadamente 300 m. As pescarias duram menos de um dia e não utilizam nenhum tipo de mecanização. De acordo com os pescadores a safra destas espécies ocorre durante o verão. Ao ser desembarcado, o pescado é tratado e salgado. O pescado salgado vai para os atravessadores que comercializam principalmente nos mercados de Goiana, Recife e regiões circunvizinhas.

Figura 9. Pesca com baiteira utilizando rede.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

Esta é uma pescaria que emprega quase totalmente homens pescadores. As mulheres e os filhos dos pescadores (incluindo crianças) atuam, em geral, no processamento do pescado. As famílias são numerosas com média de quatro filhos cuja renda máxima por pescaria e família é de R\$ 50,00 (cinquenta reais). As relações de trabalho são exclusivamente familiares/artesanais.

2.7 Rede de Espera e Arrastão com Barco

Neste sistema pesqueiro são utilizadas duas artes de pesca: a rede de espera e o arrastão, comumente, chamada de rede de arrasto. Muito utilizada em Atapuz para a pesca do Peixe Agulha.

2.8 Pescaria de Zangareia, Camboa

Essa modalidade de pesca é quando o pescador coloca uma rede em pé, ou seja, ele constrói uma estrutura de madeira com uma rede no meio e coloca no meio da baiteira, dividindo-a em dois lados iguais. Em seguida coloca um facho de luz, utilizando uma lata de leite e óleo diesel. Esse facho de luz chama a atenção dos peixes, fazendo com que se aproximem da embarcação e comecem a pular, como no meio da embarcação existe a rede, os peixes batem na mesma e caem dentro da baiteira e assim ficam presos.

2.9 Etnoecologia das Marisqueiras/Sirizeiras de Atapuz

Em Atapuz, assim como em outras localidades, a mariscagem é exercida principalmente por mulheres, de todas as idades. Elas começam cedo na atividade, aproveitando os ensinamentos de suas mães, os quais se perpetuam em suas vidas. De 5 anos em diante, as meninas já vão com as mães e começam a mariscar. As meninas começam desde seus três, quatro e cinco anos, elas aprendem olhando as mães e não param mais, as mais velhas têm entre sessenta e setenta anos (Maria - Marisqueira 1).

O termo “marisqueiro” aplica-se tanto a mulheres quanto a homens, mas em Atapuz, segundo as entrevistadas, os homens não admitem ser chamados de marisqueiros, mesmo quando mariscam. A eles aplica-se a designação de “pescador”, em referência à atividade de pesca, que julgam ser mais pesada e exigir mais habilidade que a mariscagem. O preconceito de gênero em relação à mariscagem vincula-se também à associação com a opção sexual, pois para a população local mariscar é coisa de mulher. O preconceito parte não só dos homens, mas de todos. Assim, como o preconceito em relação às mulheres que vão para alto mar pescar, que são vistas pelos pescadores como “mulher-macho” e pelas mulheres do vilarejo como prostitutas. Então, elas preferem ser vistas como “mulher-macho” para não sofrerem tanto com o

preconceito.

Mas, o que falar das marisqueiras, mulheres trabalhadeiras, que buscam suprir as necessidades diárias de alimento de suas famílias e, ao mesmo tempo dar uma boa educação e vida digna a seus filhos?

A partir dos dados coletados verificamos que dentro do mangue e na própria maré, elas buscam os mariscos e/ou siris. A rotina diária de trabalho é árdua, dolorosa e exaustiva. As marisqueiras/sirizeiras coletam os mariscos e/ou os siris quando a maré está baixa, o que envolve estar no mangue às quatro horas da manhã, passar horas em posição curvada e andar quilômetros carregando os petrechos e o produto do seu trabalho. Muitas dessas mulheres costumam sofrer as consequências da longa exposição ao sol, desenvolvendo o câncer de pele. Para tentar minimizar essa exposição ao sol, estas mulheres costumam usar camisas de manga comprida, chapéu, calças e sapatos.

O trabalho desconsidera as condições climáticas, porque estas mulheres dependem da catação dos mariscos e/ou siris para cumprir compromissos, como pagar luz e água, fazer feira, comprar remédios, dentre outras despesas. É uma jornada diária de mais de dez horas de trabalho debaixo do sol ardente. São longas caminhadas de suas residências até os locais de catação. Na ida são levados os seus instrumentos de trabalho (Figura 10) e no retorno, os baldes são apoiados sobre suas cabeças, causando-lhes desconforto e dor, por causa do peso enorme, já que os animais ainda se encontram dentro de suas conchas.

Figura 10. Instrumentos de trabalho.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

Percebe-se que a subvalorização do serviço e o ambiente insalubre de trabalho, úmido e com presença de insetos, geram condições de trabalho inadequadas.

Longas jornadas e elevada carga de trabalho, associadas à postura curvada (Figura 11) durante a realização da coleta, quando permanecem agachadas por horas e com parte do corpo mergulhado em lama e água, bem como o peso em excesso transportado ao final do trabalho provocam dores lombares e inchaço nos pés, braços e mãos.

Figura 11. Posição em que as marisqueiras precisam ficar por longos períodos de tempo, durante o trabalho na coleta de mariscos.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

O trabalho destas mulheres consiste de várias etapas, desde o deslocamento ao local de trabalho, a catação, a lavagem para retirada da lama, a fervura para que fique mais fácil a retirada do marisco/siri da “casca”, o escalde, a referida retirada do marisco/siri da “casca” e a embalagem para a comercialização. As condições sanitárias de processamento dos mariscos, tanto para consumo próprio quanto para comercialização, propiciam um cenário favorável à proliferação de doenças e intoxicações.

O processamento dos mariscos/siris ocorre na própria residência, sendo que o cozimento geralmente é feito sobre o chão do quintal, onde se encontra o “fogão” construído com alguns tijolos ou pedras, dotado de uma grade na parte de cima para apoio da panela. A alimentação do fogo é a base de lenha, pois o cozimento é demorado e o uso de gás ficaria muito dispendioso. A catação e embalagem são feitas geralmente na frente da casa, devido à concentração de fumaça gerada a partir da queima da lenha

no quintal e, também, pela facilidade de agrupar pequenos grupos de mulheres para ajudar na catação.

Depois da catação, o peso da “casca” se perde e o que rende é uma mínima quantidade da carne.

Com os mariscos/siris já embalados, as marisqueiras/sirizeiras passam por mais uma etapa do trabalho, que consiste em viajar para pontos estratégicos na cidade para que todo o produto seja comercializado. Algumas dessas mulheres também comercializam o produto final cozido e com acompanhamentos nas praias do Recife, na esperança de obter um retorno financeiro maior.

A etnoecologia das marisqueiras/sirizeiras não se resume simplesmente a sua rotina de vida, pois envolve também a valorização da rica biodiversidade dos manguezais. As marisqueiras/sirizeiras constroem um rico conhecimento sobre a dinâmica desse ecossistema e sobre os impactos das ações antrópicas sobre ele. Assim como as crianças e adolescentes de Atapuz, que acompanham suas mães na atividade de mariscagem, detendo ricos conhecimentos sobre aspectos anatômicos dos animais, sabendo, por exemplo, distinguir machos e fêmeas, identificar se os animais estão em período de desova e pegá-los de forma correta para não provocar ferimentos.

Os manguezais (Figuras 12 e 13) são ambientes estuarinos, envolvendo mistura de água doce e salgada. Têm uma grande importância ecológica por corresponderem a berçários, possibilitando a procriação e, conseqüentemente, a perpetuação de organismos vivos, como espécies de pescados, moluscos (ostras, mexilhões, mariscos etc.) e crustáceos (siris, caranguejos e camarões). Segundo o IBAMA (2000), o manguezal apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução para muitas espécies animais, sendo considerado importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e gerador de bens e serviços.

Em Atapuz, assim como na maioria das comunidades litorâneas, o manguezal tem importância econômica e social, uma vez que, a maior parte da população local vive da pesca artesanal, dependendo então, das condições ambientais em que esta área se encontra.

A mariscagem é feita todos os dias, exceto domingo, dia que as marisqueiras dedicam ao lazer, a religião e aos cuidados com a casa, o marido e os filhos.

Figura 13. Área de mangue em Atapuz.



A atividade da mariscagem, referenciamos, que se trata de um extrativismo que não exige muita técnica e habilidade, sendo que, segundo as marisqueiras, qualquer pessoa está apta a realizar e as meninas aprendem desde cedo com as suas mães.

O regime das marés é o único fator que limita o horário da mariscagem, pois para as marisqueiras não existe tempo ruim. Nos locais de trabalho é comum observar famílias inteiras envolvidas na atividade de mariscagem, pois, assim, maior quantidade de marisco/siri é extraída, ajudando no sustento. Quando não catam, os filhos e maridos ajudam no transporte dos animais coletados.

A renda que as marisqueiras/sirizeiras conseguem tirar com o extrativismo do marisco é muito baixa, em relação ao esforço de captura e na pós-captura desse animal. A quantidade final, aquela que vai ser comercializada depois de todo o processamento, não rende e o valor de comercialização é irrisório, entre R\$ 28,00 e R\$ 35,00 (vinte e oito e trinta e cinco reais) o quilo do filé de siri dependendo da estação e entre R\$ 9,00 (nove reais) e R\$ 12,00 (doze reais) o quilo do marisco, que mal dá para essas famílias comprarem seus mantimentos. Para a aquisição de algum bem material, como um eletrodoméstico, as dificuldades são enormes, inclusive porque a compra tem que ocorrer no centro da cidade, envolvendo despesas com o transporte terrestre e de barco.

Quando a compra torna-se necessária, pagar a vista é extremamente difícil. A única alternativa é a compra a prazo, que muitas vezes é feita com cartões de crédito de terceiros.

As dificuldades envolvidas na mariscagem, principalmente em relação às posições

ergométricas adotadas na extração do marisco/siri, fazem com que as marisqueiras se queixem de muitas dores no corpo, fato que leva muitas delas a se aposentarem da atividade somente após longos anos de trabalho, quando chegam à exaustão. Antes disso, elas suportam as dores, pois dependem da mariscagem para o sustento da família.

Além disso, um problema muito recorrente entre estas mulheres é o câncer de pele, devido à exposição diária e por longos períodos ao sol forte. Muitas dessas mulheres utilizam chapéu e cobrem seus corpos com camisas de manga comprida e calças compridas, mas ainda assim se expõem ao sol, ao mormaço e a água salgada. Protetores solar são caros e raramente utilizados.

Algumas marisqueiras/sirizeiras são beneficiadas por programas sociais que oferecem uma renda mensal complementar para as mães que mantêm seus filhos na escola, contribuindo para o sustento da família, tais como o Bolsa Família e o Peti.

Verificamos que o extrativismo do marisco e do siri é afetado pelas variações da maré, podendo ser requeridas mais de oito horas em campo para que seja feita a extração de quantidade satisfatória dos animais para garantir a renda familiar.

Apesar das dificuldades envolvidas no extrativismo dos mariscos e dos siris, traduzidas nos semblantes cansados e sofridos das marisqueiras e sirizeiras, elas sonham com melhores condições de vida para sua família e se dizem felizes com a mariscagem, pois ela se tornou uma necessidade diária de todas elas, um motivo de felicidade, sendo que essa percepção sobre a sua atividade contribui para que a mesma se perpetue na comunidade, ao longo das gerações.

Toda comunidade tradicional litorânea, por mais simples que seja, possui uma Colônia de Pescadores, que toma medidas importantes para pescadores e marisqueiras como: sindicalização, organização de reuniões visando difundir técnicas para melhor aproveitamento do recurso pesqueiro, realização de trabalhos sociais, legalização das embarcações, cadastro dos pescadores junto aos órgãos ligados ao setor, cursos de capacitação profissional, orientação sobre direitos trabalhistas e atividades de sensibilização para a valorização da pesca artesanal e para a conservação dos ecossistemas locais. As marisqueiras/sirizeiras entrevistadas disseram que não recebem orientações da Colônia de Pescadores (Z-15) sobre como podem se beneficiar de direitos assegurados por lei, como auxílio-doença e auxílio-maternidade, garantidos desde 1978.

Também não são orientadas sobre os procedimentos para requerer aposentadoria como trabalhadoras autônomas, procedimento que exige idade mínima de 55 anos e comprovação do exercício da profissão nos últimos 10 anos.

Vários fatores podem interferir diretamente no aumento ou na diminuição dos recursos naturais que garantem a sobrevivência de comunidades extrativistas. A poluição, mudanças climáticas, pesca predatória e aumento populacional geralmente são fatores associados à diminuição de tais recursos, que as políticas de conservação buscam evitar, controlar ou compensar. Em Atapuz, as marisqueiras/sirizeiras associam a redução da quantidade de mariscos e siris ao impacto causado pelas atividades predatórias, onde pescadores e pescadoras de outras comunidades vêm desenvolver suas atividades em Atapuz, coletando mariscos pequenos e siris jovens e/ou fêmeas, ao uso de bombas, a poluição e ao aumento populacional.

As marisqueiras e sirizeiras de Atapuz referem-se à ausência de políticas governamentais e da ação de ONGs no vilarejo, lamentando-se do descaso das autoridades locais.

2.10 A Atividade das Marisqueiras

Em Atapuz, as marisqueiras geralmente catam os mariscos “unha de velho”, “sururu”, “marisco redondo” e “marisco pedra”. Estas mulheres trabalhadoras utilizam um covo para cavar o marisco *unha de velho* e o *marisco redondo*. Na pesca do *sururu* é tirado uma sapata que vêm com vários sururus agarrados na raiz do mangue, então, elas utilizam uma espátula (que pode ser uma faca de cozinha ou qualquer outro objeto que exerça a mesma função) para soltar os animais da raiz. Essas sapatas localizam-se no “pé do mangue”. No caso do *marisco pedra*, que é a espécie mais abundante na região, as marisqueiras costumam utilizar um escorredor de arroz de alumínio e assim pegam em maior quantidade, porém, quando está no período mais escasso, elas catam utilizando um garfo de cozinha. Em seguida, transportam esses mariscos por longas distâncias até chegarem em suas residências, onde o produto será beneficiado para em seguida irem para as mãos dos atravessadores e os consumidores finais.

2.11 A Atividade das Sirizeiras

Figura 14. Pesca de siri utilizando jereré, na Prainha em Atapuz.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

As sirizeiras, assim como as marisqueiras, procuram proteger seus corpos dos danos causados pela longa exposição ao sol, utilizando chapéu e roupas longas. Como principal instrumento de trabalho, fazem o uso do jereré¹¹ (Figura 14). Elas utilizam uma vara com cordão e na ponta do cordão colocam uma pequena pedra para fazer peso. Quando sentem que o cordão está sendo arrastado, as sirizeiras colocam o jereré por baixo e assim o siri cai dentro do mesmo. Essas profissionais passam horas pescando siri e ao término de um dia exaustivo de trabalho, levam os siris para casa, onde serão processados (Figura 15) e vendidos para atravessadores, comerciantes e veranistas. Das mulheres que desenvolvem este trabalho em Atapuz, uma em especial recebe maior destaque por ter seu trabalho conhecido pelos habitantes como sendo o melhor filé de siri de Atapuz, pois esta profissional dedicada faz o filé utilizando as próprias mãos ao contrário das demais, que utilizam uma faca, assim seu filé sai inteiro e é mais

¹¹ Rede fina em forma de saco, presa a um semicírculo de madeira com cabo longo, us. para a pesca de peixes pequenos e crustáceos. Mais informações em: <http://aulete.uol.com.br/jerer%C3%A9#ixzz2s14H3v62>

valorizado. Algumas moradoras da localidade quando entrevistadas, disseram preferir pagar um pouco mais caro, mas comprar um filé de siri de melhor qualidade.

Figura 15. Beneficiamento do filé de siri.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2010.

2.12 O dia a dia de um Pescador Artesanal

Até 2010 os pescadores de Atapuz pescavam em sua maioria com barcos/baiteiras à remo (Figura 16), o que limitava o seu trabalho, uma vez que não podiam avançar mar à dentro e alcançar maior velocidade. Com a melhoria na renda familiar através do turismo crescente com a construção da estrada de Atapuz, assim como, o acesso as políticas públicas atuais que alcançaram a comunidade em geral, foi possível adquirir novos barcos e/ou motores para as embarcações. Em sua maioria, adquiridas através de empréstimo feito pela Colônia de Pescadores de Atapuz ao banco do Nordeste. Além de motor, foram adquiridos mangotes, armadilhas e rede caçueira.

Figura 16. Baiteras sem motor, na Colônia Z-15.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

No próximo capítulo, procuramos apresentar as Políticas Públicas que segundo a Secretaria de Aquicultura e Pesca de Pernambuco – SEAP/PE, atualmente estão sendo colocadas em prática no Estado, Assim como, identificar, dentre estas, as que se encontram em prática na comunidade pesqueira de Atapuz, Goiana/PE, sua importância e aplicabilidade para a comunidade.

CAPÍTULO 3

“Desenvolvimento Local e cultura popular em uma comunidade pesqueira”

Os povos tradicionais identificados como pescadores artesanais possuem uma cultura muito rica e tem foco no imaginário popular, e esse fato transcende numa riqueza imprescindível. É nesse cenário de várias culturas que o imaginário popular atua, revelando sentimentos que desabrocham em lendas, mitos, contos, crendices, superstições e em outras belezas que retratam a cultura pesqueira e que se expande para os habitantes da comunidade, ou seja, também para aqueles que não vivem da atividade da pesca, mas que tem em seu contexto familiar uma herança cultural vivenciada a partir das atividades pesqueiras que determina uma linguagem própria e uma comunicação peculiar e de resistência mesclada com o desejo natural de melhoria da qualidade de vida no lugar e melhor acesso aos bens sociais pelo aumento de renda dos que habitam na comunidade.

Para Cruz (2012, p. 78), as “populações tradicionais”, ou, mais recentemente, “povos e comunidades tradicionais” são termos que têm assumido dupla centralidade/visibilidade: uma centralidade analítica (teórica) e uma centralidade empírica (histórica e política). Para o autor, apesar de serem amplamente utilizadas em diversos contextos, não há um significado único e preciso para essas expressões, que carregam grande polissemia e ambiguidade não apenas como “categoria de análise”, mas também como “categoria da ação política”.

O relato etnográfico é destacado por Ramos (2012, p.48) quando diz que, tem sido utilizado nas pesquisas folkcomunicacionais nas diversas manifestações populares como narrativas populares que constituem o campo de observação de análise empírica e qualitativa do pesquisador, por conterem elementos característicos de uma determinada cultura ou localidade, e está inserido nos estudos da pesquisa social. Para isso, são utilizadas fotografias, filmagens, diário de bordo, fichas de registro para capturar os gestos, as falas e atribuir-lhes representações.

É importante salientar que a folkcomunicação está intrinsecamente ligada ao folclore e as culturas populares. Em outras palavras, (BELTRÃO, 1967; *apud* Benjamim, 2001, p.12) estabelece a relação entre folclore e comunicação, sendo o folclore a representação das manifestações culturais protagonizadas pelas classes subalternas e a folkcomunicação caracteriza-se pela utilização de procedimentos próprios de difusão simbólica para expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural. (MELO, 2008).

Por ser uma narrativa, a lenda no processo de folkcomunicação, inserida nos dias atuais, resgata os fatos históricos de um lugar ou local ou surge com certas alterações que demonstram os acontecimentos do momento diante da nova realidade. Portanto, a folkcomunicação, “é um processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes da massa através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore” (BELTRÃO, 1967; *apud* Benjamim, 2001, p.12).

Consideramos que na folkcomunicação encontramos a base teórica que precisávamos para a discussão do tipo de desenvolvimento local em Atapuz a partir da valorização da cultura vivenciada pelos membros da comunidade que tem a pesca artesanal como principal fonte de renda, mas também de onde deriva toda a cultura vivenciada entre as pessoas como é o caso do maracatu, do coco das almas, do pastoril, o fandango, a ciranda e a grande festa do padroeiro São Benedito entre outras.

Assim, a teoria da folkcomunicação pode ser utilizada para compreensão das relações de comunicação na comunidade de Atapuz, porque nesta é possível identificar uma fonte que transmite uma mensagem através de um canal, neste caso, os meios de comunicação de massa, chegando até uma audiência, onde estão contidos os líderes de opinião, estes intitulados por Beltrão como líderes-comunicadores. Em um processo comunicacional padrão (fonte-mensagem-canal-receptor) o fluxo pararia por aqui.

Mas, no processo folkcomunicacional, se inicia um novo ciclo no fluxo da mensagem. Os líderes se tornam comunicadores e transmitem uma mensagem através de um canal folk, chegando ao que Beltrão intitulou de audiência folk (CORNIANI, 2006, p. 580).

Tal referência vem no apoio à ideia de um modelo de desenvolvimento local que relacionamos ao almejado para Atapuz e outros lugares cuja riqueza de manifestações de cultura local indica a riqueza usual como fruto desta cultura como construção local. Foi a partir da folkcomunicação que se puderam pensar os processos comunicacionais que ocorrem nas manifestações de cultura popular e também no interior das comunidades que vivem no seu dia a dia as manifestações interligadas as ações da cultura popular.

É impossível pensar aspectos culturais e não pensar no desenvolvimento humano e social de uma comunidade e do mesmo jeito pensar o desenvolvimento sem a cultura. Para Buarque (2002) o desenvolvimento local é um processo de transformações internas de uma determinada população em um dado espaço. As potencialidades locais devem

ser consideradas nesta matriz de desenvolvimento, com a intenção de promover uma mudança social no território.

Para Delgado (2003, p.84), o desenvolvimento local deve ser encarado como um processo que requer a criação das condições para que as comunidades tenham acesso, isto sim, a pelo menos cinco tipos de “ativos de capital”¹². Assim, espera-se obter uma melhoria na qualidade de vida da população envolvida, a partir do desenvolvimento de atividades produtivas eficientes às quais proporcionem melhores níveis de renda e emprego, reduzindo a dependência de transferências de rendas geradas em outros espaços, mas sem perder a riqueza do patrimônio imaterial que a cultura do lugar tem conservado.

Se o tipo de desenvolvimento capitalista não nos é propício, outro tipo de desenvolvimento e deve ser pensado. Nesta linha o conceito de desenvolvimento local merece nossa atenção como sendo:

Um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

(DE JESUS, 2003. P.72).

Nesta perspectiva, o termo desenvolvimento inclui o aspecto econômico e social, trabalhando as diferentes visões de sociedade e principalmente num modelo muito menos excludente porque considera os valores endógenos. A questão chave está na tentativa de poder mudar as relações entre os diversos componentes de um conjunto, chamado sociedade, por meio do desenvolvimento local. Para Franco (2000), esses componentes são os seres humanos e essas relações são, em última instância, as relações que se estabelecem entre os seres humanos. A mudança social ocorrerá quando houver alteração do capital humano e do social.

Não podemos falar na Festa do Padroeiro de Atapuz (Figura 17) sem antes falar sobre este santo tão louvado e aclamado pelos habitantes deste vilarejo. São Benedito (Figura 18) nasceu na Sicília, sul da Itália, em 1526. Descendente de escravos oriundos da Etiópia ficou conhecido por “o negro” ou “o mouro” pela cor de sua pele. Aos

¹² Esta é uma terminologia emprestada da economia, embora o termo “capital” venha sendo utilizado por vários não-economistas, como por exemplo, Putnam e Bourdieu.

dezoito anos de idade já havia decidido consagrar-se ao serviço a Deus, foi quando, aos vinte e um anos fora insultado publicamente por causa de sua cor. A atitude digna e paciente que teve na ocasião não passou despercebida, e o líder de um grupo de eremitas franciscanos o convidou a fazer parte da comunidade. Benedito aceitou o convite, e, com o tempo, passou a ser o seu novo líder.

Figura 17. Buscada do Santo Benedito, na Festa do Padroeiro dos Pescadores de Atapuz.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

Figura 18. Imagem do Santo Benedito, Padroeiro de Atapuz.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

Por volta de 1564, foi aceito como irmão leigo pelos frades franciscanos de Palermo, onde fez votos de pobreza, obediência e castidade e, cumprindo seu voto de obediência, depois de dezessete anos foi designado para ser cozinheiro no Convento dos Capuchinhos. Em 1578, eles precisaram de um novo guardião (título dado ao superior), e Benedito foi o escolhido, apesar de ser leigo e analfabeto. Ele aceitou o cargo e administrou o mosteiro com grande sucesso, tendo adotado uma interpretação bem mais rigorosa das regras franciscanas.

Terminado o tempo de seu cargo, voltou novamente ao ofício de cozinheiro, felicíssimo por reencontrar a vida obscura e oculta, objeto de todos os seus desejos. Sempre preocupado com os mais pobres, retirava alguns alimentos do Convento escondidos dentro de suas roupas e os levava para os famintos.

Em 1589 caiu gravemente doente e morreu aos sessenta e três anos, no dia quatro de abril de 1589, em Palermo, na Itália, mas deixou aos povos, os ensinamentos de dedicação ao Evangelho e serviço aos mais necessitados. Foi canonizado em 1807, e normalmente em suas imagens traz o menino Jesus nos braços, que lhe foi colocado por Maria Santíssima, pela sua grande devoção, e pela suave doçura com a qual Jesus

preencheu o seu coração. São Benedito foi chamado de "O Santo Mouro", por causa de sua cor negra. Sua festa litúrgica é celebrada em cinco de outubro.

Certamente é um dos santos mais populares no Brasil, cuja devoção nos foi trazida pelos portugueses, e são inúmeras as paróquias e capelas que o escolheram como padroeiro, inspiradas em seu modelo admirável de caridade e humildade.

A afirmação de que a cultura é o resultado da produção de valores, meios, bens e serviços in (tangíveis) e que não existe cultura superior ou inferior, ela “é, pois, a maneira pela qual os humanos se humanizam e, pelo trabalho, desnaturalizam a natureza por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística” (CHAUI, 2006, p. 113).

A produção cultural é a transformação do cotidiano, da realidade individual e coletiva de um grupo, de uma comunidade, de um território, que fortalece a dinâmica da pluralidade, atribuindo à razão da autoestima, da inclusão socioeconômica. A ideia e a necessidade de preservar ações culturais produzidas pelos homens, não é mera questão de cultivar tradições, nem de reproduzi-las às novas gerações, mas de valorizar aspectos imateriais da cultura de um povo, da cultura de homens.

3.1 A festa do padroeiro de Atapuz, São Benedito

Tomamos conhecimento dos festejos em torno do santo padroeiro de Atapuz, São Benedito, em dezembro de 2009, a esta altura os festejos daquele ano já haviam sido realizados. Conversando com os moradores mais antigos, soubemos um pouco mais da festa. Em novembro de 2010, tivemos a oportunidade de participar dos festejos e conhecer de perto a cultura de um povo, rica em simbolismos e fé.

Nesse momento, a festa durava aproximadamente doze dias, isso incluindo o período que o santo passava em outra comunidade pesqueira. O santo era levado, em uma baiteira, por fiéis, até a ilha de Itamaracá, onde permanecia por oito dias e após esse período estes fiéis iam mais uma vez de baiteira para buscá-lo. Nesse momento acontecia a “buscada” do santo padroeiro (Figura 19), que acontecia em procissão marítima, com músicos tocando as músicas religiosas e dentre elas o hino do padroeiro.

Quando a procissão chegava até a Praia dos Pescadores, em Atapuz, o santo era recebido com aplausos pelos fiéis e seguia em um andor pelo vilarejo até a única e pequena igreja existente no distrito. Os fiéis davam continuidade ao ritual, entrando

com o santo sobre o andor, de frente para os fiéis e de costas para a porta da pequena igreja (Figura 20). Então, dava início à missa, onde os fiéis cantam e fazer orações, pedindo e/ou agradecendo graças.

Figura 19. Buscada do Santo Benedito, Padroeiro de Atapuz.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

Figura 20. Entrada do Santo Benedito da Igreja de Atapuz.



Fonte: Ana Paula Cruz Pereira, 2011.

Dando continuidade aos festejos, no final da tarde, acontecia a missa campal, onde cadeiras eram colocadas na frente da igreja e um pequeno altar era improvisado. O santo, sobre o andor era colocado na frente da igreja e o ritual dava continuidade, com orações e cantigas religiosas. Após a missa campal, acontecia a “Bandeira”, que é quando os fiéis seguem em procissão pelas ruas do vilarejo carregando o santo sobre o andor, cantando e rezando, até chegar na residência de um dos fiéis, previamente selecionado, para que a bandeira do santo permaneça em sua residência até a festa do ano seguinte. Essa pessoa fica encarregada de cuidar da bandeira e difundir a fé na localidade por um ano.

Passaram-se três anos e hoje, a festa do padroeiro de Atapuz não é mais a mesma, por decisão de representantes da Igreja Católica, a festa religiosa foi separada da festa profana. A busca do santo na Ilha de Itamaracá deixou de existir desde o ano de 2012, pois o padre acredita ser desrespeito ao santo, participar do evento utilizando trajes de banho. A regata, que acontecia no mesmo dia da festa do padroeiro, agora, acontece oito dias antes dos festejos religiosos, assim como também não existem mais barracas vendendo brinquedos, alimentos e bebidas.

As alterações sofridas neste evento que reunia o simbolismo religioso e as comemorações profanas também influenciaram na renda familiar, uma vez que, mulheres e homens, que em sua maioria desenvolvem atividades relacionadas à pesca

artesanal durante todo o ano, e que utilizavam o evento como um complemento na renda familiar, não podem mais desenvolver tal atividade. Sem os shows de pequenas bandas regionais e o comércio de bebidas e brinquedos como roda gigante e carrossel, não fazem mais parte dos festejos, fazendo com que haja uma redução no número de turistas e visitantes de comunidades circunvizinhas à Atapuz no período de realização da festa do Padroeiro dos Pescadores de Atapuz, São Benedito.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA:

“Alguns Procedimentos”

Consideramos pertinente registrar os vários procedimentos realizados para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Inicialmente realizamos nove visitas ao vilarejo, onde, visando facilitar o estudo, dividimos estas visitas em uma fase preliminar, com o objetivo de criar uma aproximação com a realidade a ser estudada, acrescida de três fases. Distribuídas da seguinte forma:

Fase Preliminar: Sondagem

Foram realizadas três entrevistas com professores da UFRPE que atuam na área de Pesca, culturas marítimas e extensão pesqueira, uma visita ao Programa de Apoio Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco - PROMATA uma visita à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente do município de Goiana, pesquisa documental, além de duas visitas à Atapuz para entrevistas com atores locais (Colônia de Pescadores, Associação de Moradores, Professores da Escola e lideranças locais) e duas visitas para aplicação de entrevista semi-estruturada com os habitantes da localidade. As informações obtidas foram sistematizadas e os contatos estabelecidos nos permitiram construir uma estratégia de diagnóstico e planejamento.

Após a aprovação do projeto de dissertação intitulado “O abraço do braço do mar com a mão da maré – Políticas Públicas e Extensão Pesqueira: o caso da comunidade de Atapuz, em Goiana-PE”, a etapa de sondagem continuou através da leitura de textos e de conversas com pessoas ligadas a diferentes instituições e que atuam ou já atuaram na região e/ou com a temática da pesca. Dentre estes contatos estão a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN que afirmou existir em Atapuz a problemática da questão ambiental; a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, cujo contato afirmou existir um colegiado de pesca, no qual a prefeitura de Goiana está representada pelo Secretário de Aquicultura, Pesca e Meio Ambiente e onde a UFRPE também possui um assento.

Nesta primeira etapa da pesquisa ainda fizeram parte dos contatos o PROMATA que acompanha cinquenta e dois sistemas de saneamento para comunidades rurais. Em cada uma destas comunidades eles fazem o saneamento básico completo (água, esgoto e

kit sanitário), construindo banheiros onde não existem. Desde 2007 a instituição não desenvolve nenhum projeto na comunidade de Atapuz, contudo existe um projeto executivo já aprovado que visa o abastecimento de água e saneamento básico completo e que está apenas aguardando a liberação de recursos para colocá-lo em prática.

O PROMATA fez o saneamento completo de Gambá, que fica localizado na entrada de Atapuz. O Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prorural, por sua vez, foi outra instituição cujos contatos forneceram maiores informações sobre Atapuz esclarecendo que o Prorural não desenvolve projetos em Goiana desde 2007 porque as associações se encontram com pendências e o Prorural não executa as ações, apenas transfere os recursos que serão administrados pelas associações.

Além das conversas realizadas com diversas pessoas de instituições, também foi parte da etapa inicial uma busca por literatura e textos que contribuíssem para maiores informações sobre Atapuz sendo cada um deles discutidos no grupo.

Nesta fase inicial, levantamos informações e percepções sobre a realidade vivida, ao mesmo tempo em que buscamos mobilizar atores locais para o processo de reflexão da realidade que pretendíamos alcançar. A sondagem nos permitiu programar reuniões com a Colônia de Pescadores, com professores da Escola e com um grupo (informal) de mulheres. As reuniões foram momentos de reflexão sobre a realidade, mediados pela utilização de técnicas de Diagnóstico Rural Participativo, exploratórias, a exemplo do Mapa Falado, da Matriz Histórica, da Matriz Comparativa, do Calendário Sazonal, do Calendário Histórico e da Visão do Futuro.

As ferramentas de diálogo foram realizadas como forma de proporcionar maior interação com os envolvidos, estimular o diálogo, a participação, obter informações que seriam difíceis de serem obtidas através de questionários e/ou entrevistas semi-estruturadas. Durante o diagnóstico da comunidade de Atapuz, utilizamos ferramentas como:

Mapa Falado da Comunidade:

Trata-se de um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão. É uma ferramenta que permite discutir diversos aspectos da realidade de forma ampla, sendo muito utilizada como técnica exploratória, no início de um

diagnóstico. Os elementos que formarão o mapa são representações dos componentes daquele espaço em análise e que são destacados pelo grupo na discussão. As discussões acontecem por ocasião da localização do que existe naquele lugar. O Mapa Falado possibilita uma visão espacial do local; auxilia na obtenção de informações exploratórias e permite obter uma visão geral da realidade (FARIA, 2006, p.23-31).

Matriz Comparativa do Pescado e com os Jovens:

Trata-se de uma tabela na qual, em um dos eixos, estão os elementos a serem comparados e, no outro, os critérios de comparação/avaliação. Símbolos quantitativos serão utilizados para atribuir “pontos” a cada um dos elementos, sob cada um dos critérios de avaliação, separadamente. É uma forma de explicitar critérios individuais de avaliação e, pelo processo de discussão, definir os critérios mais relevantes para o grupo. A Matriz Comparativa permite estabelecer relações de comparação; possibilita identificar critérios de avaliação; possibilita o detalhamento de informações e pode ser utilizada para avaliar potencialidades (FARIA, 2006, p. 61-69).

Calendário Sazonal dos Festejos Populares:

Trata-se de uma tabela na qual um dos eixos é sempre o tempo, dividido em meses ou dias. Os aspectos que irão compor o outro eixo da tabela estão em função do conhecimento do grupo e também do interesse da investigação. O importante é que sejam aspectos que tenham variação significativa naquele período em questão. Esta é uma ferramenta que permite ampliar o espaço de tempo investigado para além do momento da reunião do grupo. O Calendário Sazonal permite uma visão temporal dos acontecimentos/aspectos; evidencia ciclos naturais e sociais e correlacionam diferentes informações a respeito de um mesmo período (FARIA, 2006, p.33-39).

Calendário Histórico dos Principais Acontecimentos que Marcaram a Comunidade:

Representa as sucessões históricas, com as mudanças que estas causaram no sistema de produção e ambiente num tempo predeterminado. Tem por objetivo visualizar fatos, experiências e mudanças que influíram de forma decisiva sobre o desenvolvimento comunitário e o uso de recursos naturais. (VERDEJO, 2006, p. 34-35).

Visão do Futuro com as Crianças:

Visão do futuro descreve a situação desejada daqui a alguns anos. São os objetivos gerais e/ou comuns que um grupo consegue alcançar.

Cada membro do grupo desenvolve a sua visão do futuro, desenhando-o. Em cada grupo os desenhos são discutidos e apresentados, na plenária, por um apresentador escolhido pelo grupo (KUMMER, 2007, p.122).

As informações obtidas foram sistematizadas e restituídas ao nosso grupo, então constituído por nove alunos do curso de graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas e duas professoras de graduação do Departamento de Educação da UFRPE. Foram então realizadas análises do material obtido, para a obtenção de um roteiro semi-estruturado que foi a chamada “Fase 2” do diagnóstico, bem como para detalhamento da estratégia de abordagem da comunidade em geral.

Fase 1: Mobilização do conhecimento de grupos articuladores

Esta fase teve por objetivo principal o levantamento inicial das percepções e informações sobre a realidade da comunidade de Atapuz.

Através das entrevistas realizadas no primeiro momento desta fase, observamos e identificamos os grupos existentes na comunidade e possíveis líderes locais que poderão auxiliar nas próximas etapas do projeto de pesquisa. Estas entrevistas foram importantes para o melhor conhecimento do local, bem como as relações pessoais existentes na comunidade.

Depois do processo de conhecimento da área, entrevistas e discussões do nosso grupo de pesquisa, identificamos possíveis articuladores locais, que poderiam auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, sendo estes, o Grupo de alunos e educadoras do ProJovem – Saberes da Terra e os associados da Colônia de Pescadores.

Com esses dois grupos, utilizamos uma ferramenta do DRP (Diagnóstico Rural Participativo) intitulada como Mapa Falado, sendo definido em reunião do grupo de pesquisa, um moderador e dois relatores para conduzir o trabalho. Esta ferramenta consiste em montar um mapa do local a ser trabalhado a partir das informações fornecidas pela população, onde todos os elementos (estrada, pontos comerciais, escolas, hospitais, etc) podem ser inseridos. Esta ferramenta é de grande utilidade para o primeiro contato com os grupos, pois nos fornece informações sobre o local através das perspectivas dos moradores. Foram explorados vários aspectos, tais como histórico da comunidade, mudanças decorrentes do turismo, infra-estrutura, perspectiva dos jovens, problemas socioambientais, costumes, valores, dentre outros.

Na atividade com o ProJovem Campo, obtivemos um envolvimento satisfatório, tendo em vista que os professores do ProJovem foram articuladores ativos para esse primeiro momento. Dentre os alunos que participaram do projeto, observamos a presença de alguns pescadores jovens, estudantes e trabalhadores de outros segmentos que não a pesca.

O uso da ferramenta do Mapa Falado permitiu o levantamento de questões relacionadas ao povoamento do local, divisão dos lotes e responsáveis pelo processo; infraestrutura do povoado, onde eles descreveram os pontos fracos da localidade relacionados a saneamento básico e saúde.

Foi destacada também a dificuldade de acesso ao local, tanto quanto por transporte coletivo, sendo um ponto negativo, como a estrada em péssimas condições de tráfego, principalmente em épocas chuvosas. A educação na comunidade foi evidenciada com a localização da escola no mapa. Os sujeitos relataram a precariedade de capacitação dos professores, da descontinuidade do ensino fundamental II na escola, pois os alunos precisam procurar outras escolas fora de Atapuz para prosseguir seus estudos, onde relataram o desestímulo destes, sendo este fato responsável pelo abandono dos estudos por vários estudantes.

Em relação ao uso dos recursos naturais, os alunos relataram a baixa qualidade da água e diminuição da pesca por conta da pesca predatória e dos tanques de camarão que

vêm crescendo já há algum tempo. Foi evidenciada a diminuição de algumas espécies de peixes utilizados na pesca, com o decorrer dos anos e o descaso dos órgãos de fiscalização ambiental. O grupo trabalhado informou a diversidade dos moradores que vivem da pesca, sendo estes homens de diversas faixas etárias e mulheres.

O outro grupo trabalhado foi a Colônia de Pescadores. A maioria das pessoas que estavam presentes era do sexo feminino, exceto um dos participantes. Depois das apresentações do grupo e dos participantes foi iniciada a atividade do Mapa Falado, onde os moradores fazem uma descrição física do local (como uma fotografia tirada do alto) e a importância dos elementos citados na vida da comunidade.

Os temas abordados pela comunidade foram o acesso ao local, sendo a estrada destaque no mapa de Atapuz e para este grupo a estrada permite o desenvolvimento de Atapuz, pois permite o escoamento da produção pesqueira e a visita dos turistas. Relatam que a frequência dos turistas e serviços é pouca por conta dos estragos da estrada. A população utiliza a estrada para tudo, inclusive compras e vendas em Goiana. Os pescadores levam os pescados para a feira para fazerem a venda.

Em relação aos danos ambientais, como o grupo anterior, os sujeitos da Colônia de Pescadores responsabilizam os viveiros de camarão, pois como afirmaram, com essa prática ocorre a destruição dos manguezais. A água dos viveiros é descartada no mar e os siris estão sumindo por conta disso.

No mapa deste grupo foi evidenciado o mar como representação mais marcante. Relataram a importância da pesca para a comunidade como fonte de renda, contudo esta atividade ocorre por falta de empregabilidade na região. A não perpetuação da cultura do pescado pelas famílias foi discutida pelo grupo, aonde os jovens não vêem futuro nesta profissão. Como o grupo do ProJovem Campo também citou a falta de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em locais que necessitam deste serviço. Destacaram também a precariedade de saúde, saneamento, educação, acesso, e policiamento em Atapuz.

Outro momento de diagnóstico, no qual seriam utilizadas mais 2 ferramentas do DRP não aconteceu, por falta de mobilização por parte dos agentes locais.

Fase 2: Mobilização do conhecimento junto a comunidade geral

O objetivo desta fase foi o de ampliar o conhecimento e o envolvimento da comunidade em geral no processo de reflexão da realidade. A idéia foi realizar esta etapa com o envolvimento dos grupos articuladores, ampliando assim as chances de maior envolvimento da população local no processo de reflexão da realidade.

Tendo em vista a já identificada dificuldade de envolvimento da população, tanto por questões históricas, quanto pela ausência de um agente local, formulamos uma revisão na estratégia. Para tentar gerar um maior conhecimento e envolvimento, da população decidimos modificar a estratégia inicial e passar mais tempo na localidade na tentativa de criar novos vínculos com atores locais que poderiam se envolver mais na construção do diagnóstico, restituição e possíveis encaminhamentos.

Residimos em uma casa alugada em Atapuz, onde pudemos acompanhar a dinâmica diária da população e construir novos vínculos com a comunidade pesquisada. Decidimos denominar este período de intensivão, período de cinco dias de permanência constante na localidade.

Com o objetivo de acompanhar o dia-a-dia da comunidade, construir vínculos com seus habitantes e desenvolver a pesquisa foram realizadas reuniões para planejar o intensivão, onde discutimos as estratégias e pontos a aprofundar na comunidade durante o período. Também se discutiu quais as ferramentas do DRP poderiam ser utilizadas e quais outras pessoas poderiam ser entrevistadas informalmente.

Utilizamos duas perguntas norteadoras, para que pudéssemos identificar os pontos a aprofundar. E que assim, seriam objeto de maior atenção durante este intensivão, para que pudéssemos saber quais pontos ainda precisavam ser esclarecidos ou mais aprofundados junto a comunidade.

Procuramos identificar os pontos à aprofundar seguidos das seguintes perguntas:

- Com quem?

Refere-se a quais os atores ou lideranças locais poderiam contribuir mais com o assunto e poderiam envolver-se na construção do diagnóstico, restituição e possíveis ações.

- Como?

Informa qual ferramenta ou método poderia ser utilizado para aprofundar os pontos e gerar envolvimento.

A tabela criada com este roteiro não foi definida como uma fórmula ou planilha a ser seguida. Serviu mais como uma orientação que poderia ser modificada, reduzida ou ampliada conforme os pesquisadores definissem após perceber a viabilidade ou não no momento do intensivão. Como era de se esperar, este roteiro não foi seguido a risca e precisou ser adaptado as situações.

Durante os cinco dias do intensivão vivenciamos a dinâmica da comunidade, conhecendo hábitos comuns da comunidade como as conversas na praça a noite, os jovens jogando futebol ao final das tardes, as famílias participando dos cultos, entre outros.

Do nosso roteiro original foi realizada a conversa informal com o Sr. João de Borba, um dos moradores mais antigos de Atapuz. A intenção maior da conversa foi confirmar algumas informações desconhecidas obtidas anteriormente sobre a história da comunidade e tentar descobrir quais as experiências de organização que avançaram em Atapuz. Nesta conversa confirmamos algumas informações anteriores que conhecíamos sobre a história da localidade e descobriu-se novas. Um exemplo é a informação de que há 35 anos, o próprio João¹³ (entrevistado 1) morador praticava agricultura na área e, com o loteamento das terras, não pode mais realizar esta prática. Passou a viver exclusivamente da pesca. E ainda afirmou *“A pesca aqui vai se acabar, ninguém aqui quer viver da pesca. O peixe daqui é mais miúdo, não é peixe de lagoa não”*.

Na conversa planejada com o Sr. Jorge (entrevistado 2 - proprietário de uma das quatro pousadas locais) participaram também Luiza (entrevistada 3 - esposa que também trabalha na pousada), e Edite (entrevistada 4 - artista plástica e fundadora da Cooperativa de Artesãos de Atapuz - que funcionou por pouco tempo) pouco pudemos aprofundar sobre o uso e posse da terra. Outros pontos do roteiro foram aprofundados, como a experiência da cooperativa de artesãos e diferentes fontes de renda na localidade.

¹³ Os nomes que utilizaremos nesta dissertação serão fictícios, para preservar a identidade dos entrevistados.

Na articulação com os Agentes Comunitários de Saúde não foi possível realizar o diagrama de fluxo que tínhamos planejado devido ao número reduzido de pessoas no posto de saúde e da disponibilidade de tempo dos mesmos em dialogar com a equipe. O que aconteceu foi mais uma conversa informal com um agente comunitário de saúde e uma enfermeira do posto. O foco principal da conversa foi o tratamento de água e esgoto, bem como as doenças endêmicas em Atapuz.

Na Colônia de Pescadores realizamos uma ferramenta de matriz comparativa do pescado, com o objetivo principal de conhecer um pouco mais sobre o quê e como se pesca em Atapuz. Uma das observações interessantes deste encontro é que o grupo foi formado por pessoas diferentes do primeiro encontro que tivemos na colônia de pescadores. Somente a presidenta da colônia e outras duas mulheres participaram dos dois momentos. Isto nos levou a refletir e supor que o primeiro encontro não foi capaz de gerar um bom envolvimento das pescadoras com o grupo de pesquisadores.

Nos diálogos para construção da matriz comparativa pudemos perceber algumas informações compartilhadas importantes como a dificuldade em gerar uma renda considerável da pesca de siri e marisco. Também foi importante perceber que há dificuldade em se respeitar o período de reprodução do siri e do marisco, pois é, em muitos casos, a única fonte de renda das mulheres pescadoras, que acabam diminuindo consideravelmente a população destes animais ao longo dos anos.

Diferentemente do primeiro encontro com as pescadoras, onde utilizamos como ferramenta de diálogo um mapa falado, neste segundo momento percebemos as pescadoras mais a vontade e participativas, apesar de ser a primeira vez que nos encontrávamos. Esta situação nos levou a refletir sobre o primeiro encontro e supor que a presença de apenas um homem no grupo pode ter intimidado as mulheres para dizerem o que pensam e sempre esperarem o homem tomar a iniciativa de falar.

Boa parte da população de Atapuz frequenta igrejas evangélicas. Tivemos a oportunidade de participar de um culto a convite do pastor Edmilson. A conversa informal com o pastor foi positiva ao ponto de não decidirmos apenas fazer a conversa informal, mas realizarmos a ferramenta de diálogo Calendário Sazonal com as pessoas que frequentam a igreja.

A ferramenta foi realizada, apesar de o pastor não ter participado ofereceu sua residência para a realização do diálogo. No calendário sazonal além de informações sobre a cultura, festividades e pescado, percebemos que há uma separação entre as

pessoas que frequentam as igrejas e as que não o fazem. Os frequentadores dos cultos costumam se referir as demais pessoas, não participantes, como sendo “do mundo”.

Também realizamos uma ferramenta intitulada de “Visão de Futuro” com as crianças. Esta ferramenta foi utilizada por nós com o objetivo de analisar a percepção das crianças em idade escolar do segundo ao quarto ano do ensino fundamental. A proposta da ferramenta era de tentar perceber a influência do meio em que vivem na percepção que estas crianças têm do futuro, se estas sentiam vontade de pescar, ou mesmo se já realizavam esta tarefa. A ferramenta se mostrou interessante, pois além de perceber uma certa participação das crianças na atividade pesqueira foi possível ver como a televisão influencia nos sonhos de futuro das crianças. Outro dado relevante foi de que boa parte das crianças gostariam de ser professoras (es).

O encontro com os jovens foi produtivo. Assim como ocorreu com a Colônia de Pescadores, neste segundo encontro a participação das pessoas que estiveram no primeiro encontro foi mínima (apenas dois jovens participaram dos dois momentos). Foi utilizada a matriz comparativa das fontes de renda com os jovens com o objetivo principal de dialogar sobre as expectativas dos jovens com relação a renda e ao trabalho.

Fase 3: Restituição

Esta fase constituiu a culminância do processo de diagnóstico. Teve por objetivo propiciar a reflexão crítica da realidade vivida, vislumbrando a tomada de postura ativa diante da realidade vivida. Tratou-se da realização de um grande encontro, aberto a toda a população, no qual apresentamos o resultado do diagnóstico (através de um audiovisual), em seguida, formar grupos de trabalho para análise da realidade.

Na perspectiva de buscar alcançar um maior envolvimento da população local, optamos pela realização de um momento anterior à restituição, realizamos a exibição de um pequeno filme produzido a partir de uma história infantil sobre diagnóstico e um teatro de bonecos.

Quinze dias depois, era chegado o momento da restituição. Este momento aconteceu na praça de Atapuz e contou com a presença de cerca de cem pessoas, após um esforço de renovação do convite através de um carro de som, o que levou a um

atraso significativo no início da atividade. O audiovisual preparado anteriormente foi apresentado. No entanto, em função de uma aproximação apenas relativa da população e do avançado da hora, decidimos não formar grupos (inicialmente previstos para funcionarem na escola) e sim, pequenas rodas de diálogo para debate.

Dando continuidade à pesquisa, selecionaremos as políticas públicas que atingem o município de Goiana voltados não só aos pescadores, mas à comunidade pesqueira de uma maneira geral, uma vez que envolve contextos que visam o desenvolvimento local.

Para complementar as informações coletadas nos documentos, realizamos entrevistas semiestruturadas com pescadores, marisqueiras e lideranças locais, além de técnicos que atuem na localidade. Esse tipo de entrevista, segundo Andrade (1997, p.126), “consiste em uma conversação informal, que pode ser alimentada por perguntas abertas, proporcionando maior liberdade para o informante”.

As entrevistas foram realizadas durante as visitas que realizamos ao longo da pesquisa. Para salvaguardar os depoentes, omitimos os nomes dos entrevistados, revelando apenas se são pescadores, marisqueiras, técnicos ou lideranças locais.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas públicas direcionadas para o setor da pesca artesanal para o desenvolvimento local da comunidade de Atapuz, vilarejo de Goiana – Pernambuco e de que forma são consideradas a cultura praieira e pesqueira na formulação e implementação destas ações de governo. Nos objetivos específicos, buscamos identificar as políticas públicas direcionadas às comunidades pesqueiras e que são implementadas em Atapuz; procuramos identificar se e como essas políticas públicas para a pesca estão sendo associadas ao desenvolvimento local para o setor pesqueiro. Também analisamos de que forma a cultura local praieira e pesqueira são consideradas em prol do desenvolvimento de Atapuz.

Atendendo ao objetivo de analisar as políticas públicas para o desenvolvimento local da comunidade de Atapuz, comunidade pesqueira, foi possível, inicialmente, identificar as políticas que atendem ao estado de Pernambuco e posteriormente, deter-se às políticas públicas que chegam ao município de Goiana, conseqüentemente, à Atapuz. Constatando durante as visitas com intuito de observação direta, entrevistas semiestruturadas e conversas informais com os habitantes da localidade, que o vilarejo apresentou maior desenvolvimento. Este desenvolvimento se revelou a partir da verificação de uma melhor infraestrutura da cidade e como principal elemento neste aspecto foi a construção da estrada de acesso ao lugarejo.

No contato com a comunidade de Atapuz, o aparente vazio de ações governamentais relacionadas à promoção do desenvolvimento naquela localidade, inclusive pela via dos Programas de Extensão Pesqueira, chama a atenção e desperta o interesse investigativo das razões da ausência deste tipo de apoio governamental. Os dados indicavam que os pescadores e pescadoras ficavam negligenciados, sem estímulo para o desenvolvimento, com acesso insuficiente a serviços públicos considerados fundamentais como a educação e a saúde. Tudo indica que falta também o acesso às tecnologias da pesca, como barcos, jangadas, apetrechos de pesca, atualizações sobre técnicas de navegação, pesca e conservação do pescado.

E para os moradores este desenvolvimento está identificado como sendo a ponte, a estrada, não conseguimos identificar dentre as políticas públicas que atingem Atapuz, alguma diretamente relacionada à atividade da pesca artesanal, como a exemplo do

defeso¹⁴, apenas programas relacionados ao atendimento social com a educação, erradicação da pobreza, erradicação do trabalho infantil e promoção à saúde da família.

Ainda assim, dos nove Programas de Políticas Públicas identificados e que encontram-se em plena atividade na comunidade pesqueira de Atapuz, que são eles: “Programa Paulo Freire”, “ProJovem – Saberes da Terra”, “Programa Bolsa Família (PBF)”, “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)”, “Programa Mais Educação”, “Programa Chapéu de Palha”, “Programa MOVA-Brasil”, “Programa Saúde da Família (PSF)” e “Programa Brasil Alfabetizado (PBA)”, não estão diretamente relacionados à pesca artesanal e nem com as atividades culturais do lugar, no entanto, relatos de moradores mostram que são de extrema importância para o desenvolvimento local, uma vez que, contribuem com a melhoria na qualidade de vida, acesso ao consumo.

Através de relatos de moradores durante as entrevistas semiestruturadas e conversas informais, exemplificaram o nível de satisfação pela aquisição de bens materiais tais como, “tanquinho” para lavar as roupas da família. Tal aquisição no entanto trouxe o fechamento da lavanderia coletiva que existe no vilarejo, Referiram que tem atualmente mais acesso à saúde, que com a construção da estrada de acesso, tornou-se possível, assim como o acesso à educação, em escolas de Goiana. Outra mudança bastante perceptível refere-se às residências, que antes do acesso as políticas públicas de caráter social eram de taipa e hoje são de alvenaria.

No que diz respeito à forma com que cultura local praieira e pesqueira são consideradas em prol do desenvolvimento de Atapuz, percebemos durante as visitas e conversas com moradores que as manifestações culturais sofreram grandes mudanças. A festa do padroeiro dos pescadores, São Benedito, era um grande evento para a localidade, uma vez que reunia povos de várias comunidades circunvizinhas para os

¹⁴ Defeso é o período em que as atividades de caça, coleta e pesca esportivas e comerciais ficam vetadas ou controladas em diversos locais do território nacional. Este período é estabelecido pelo IBAMA de acordo com o de tempo em que os crustáceos e os peixes se reproduzem na natureza. Visa a preservação das espécies e a fruição sustentável dos recursos naturais. Os pescadores artesanais recebem do governo proventos em dinheiro durante a época em que não podem obter renda da pesca por impedimento legal. Mais informações, consultar o site do IBAMA: www.ibama.gov.br.

festejos religiosos e profanos, que aconteciam sempre no segundo semestre do ano, sem data certa, ficando a mercê da disponibilidade de recursos da Prefeitura de Goiana.

Para os festejos, seus habitantes colocavam inúmeras barraquinhas para a comercialização de bebidas, alimentos e produtos com a imagem do santo padroeiro, porém, com a exigência do atual pároco da região, o evento profano não pode mais ocorrer em sincronia com o evento religioso, ficando assim, proibida a comercialização de bebidas, alimentos e a realização de shows de bandas populares conhecidas na região. Além disso, não ocorre mais a “buscada” do santo, que para o pároco, ocorria de forma ofensiva, pois os fiéis participavam do evento utilizando trajes de banho. Também ficou vetada a realização da regata no período dos festejos do santo. Com isso, o número de visitantes em Atapuz durante o período de festejos de São Benedito sofreu grande redução, além da renda gerada pelos habitantes durante este período.

Assim, com os resultados da pesquisa foi possível compreender melhor as políticas públicas sociais que dão apoio a população carente, no entanto questionamos de que forma elas contribuem para o desenvolvimento local, assim como a importância das manifestações populares para o fortalecimento da cultura local e do desenvolvimento do vilarejo de Atapuz e o quanto essa cultura deveria ser melhor valorizada e incentivada como fator endógeno a ser valorizado na perspectiva do desenvolvimento local.

Esperamos que esta pesquisa, mesmo em caráter exploratório possa trazer subsídio que pode contribuir para a compreensão da necessidade de políticas públicas que valorize a vocação pesqueira do lugar. Neste aspecto consideramos importante realçar a importância de um efetivo trabalho de extensão pesqueira. A falta de um bom serviço de extensão pesqueira é apontada como um dos fatores que influenciam no nível de dificuldade atualmente vivenciado pelas comunidades de pescadores artesanais, notadamente do Nordeste do Brasil. Considerando os aspectos culturais de sua prática social enquanto parte do que se identifica pescadores artesanais como povos tradicionais.

No entanto, esta pesquisa suscita a necessidade de novos estudos que analisem as políticas públicas especificamente voltadas às comunidades pesqueiras tradicionais e de que forma estas políticas atingem os pescadores e pescadoras na promoção de melhores condições de vida e de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ARMANI, D. (Org.) **Agricultura e pobreza**: construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil. Porto Alegre: Tomo Editorial; Holanda; ICCO, 1998.

BENJAMIN, R. **Folkcomunicação no contexto de massa**. João Pessoa: UFPB, 2001.

BERNARDO, E. V. **Políticas públicas e equidade de gênero em pesca artesanal**: projeto polo peixe. 2012. 101f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2012.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002. V. 2.

BRASIL, 1., 2009. Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2009.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLOU, A. B. F. Atividades de extensão pesqueira do Projeto Renascer (PCPR II) em Tejucupapo e Atapuz (Goiana, PE). **Relatório Final**. Recife, 2006.

_____. Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira: intervenção à Mesa de Abertura. In: CONFERÊNCIA DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL, 1., **Resumos...** Brasília: [S.n.], 2009.

_____. **Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)**. 1986. p. 109. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM. Universidade Federal de Santa Maria (RS), 1986.

CAPORAL, F. R. “Lei de Ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas”. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre v. 4, n. 1, ago/dez, 2011.

CARVALHO, F. E. A. **Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República no Estado de Pernambuco, 2003-2006**. 2007. 79f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2007.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World Development**, Brighton, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural – O direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 148p.

CORNIANI, F. **Afinal o que é folkcomunicação?** Enciclopédia do pensamento folkcomunicacional latino-americano. 2006. Disponível em: <<http://encipecom.metodista.br/mediawki/index.php/>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

DANTAS, V.M.C.S. Nas marés da vida: história e saberes das mulheres marisqueiras. In: LEITÃO, M.R.F.A.; CRUZ, M.H.S. (Orgs.). **Gênero e trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Florianópolis: [S.n.], 2012. 239p.

DE JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, A. David. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Vaz, 2003. p. 72-75.

DELGADO, N. G. Desenvolvimento Local e Extensão Rural e Pesca: reflexões metodológicas. In: PRORENDA RURAL (Org.). **Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: [S.n.] 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

FARIA, A. A. C. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Edição Histórica 100 Anos. São Paulo: Positivo, 2013.

FONSECA, J. M. **Processos de incubação de grupos associativos, assistência técnica e extensão rural: o caso da associação dos jangadeiros do pontal de Maracáipe, em Pernambuco**. 2013. 105f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

FOX, V. P. P.; CALLOU, A. B. F. O movimento nacional dos pescadores e suas estratégias de comunicação entre 1990 e 2009. In: CALLOU, A.B.F. (Org.). **Movimentos Sociais na Pesca**. Recife: [S.n.], 2014. 288p.

FRANCO, A. de. **Três gerações de políticas sociais**. Separata da Revista Aminoácidos 5. Brasília: Agência de Educação Para o Desenvolvimento, 2003.

_____. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?**. Brasília: Milenium, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. 143p.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: UnB, 2009. 340p.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, cidade, v 21, n. 55, 2001.

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no Meio Rural**: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: [S.n.], 2007.

LASSWELL, H. D. The decision process: seven categories of functional analysis. College Park: University of Maryland Press, 1956. 23p.

LEAL, S. M. R. Modelos de descentralização política na gestão local: os novos formatos na década de 90. In: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES, 14., 2002. Recife. **Resumos...** Recife: UFRPE, 2002.

LEITÃO, M. R. F, A. Movimentos sociais na pesca artesanal: a articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: CALLOU, A.B.F. (Org.). **Movimentos Sociais na Pesca**. Recife: [S.n], 2014. 288p.

MATA, A. et al. O desenvolvimento humano, econômico e social em A Ver-o-Mar. In: LEITÃO, M. do R. de F. A. (Org.). **Extensão Rural, Extensão Pesqueira: Experiências Cruzadas**. Recife: FASA, 2008. 310p.

MEAD, L. M. **Public Policy**: Vision, Potential, Limits, Policy Currents, p. 1-4, 1995

MELO, J. M. **Mídia e cultura popular**: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

MILANEZ, F. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. David. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Vaz, 2003. p. 72-75.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO (MIC). **Projeto Inclusão Digital** – Telecentros. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/inclusao-digital-mc/telecentros/conheca-o-telecentro-comunitario>> Acesso em: 18 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) – **Projeto Pescando Letras**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/secad_pescandolettras.pdf> Acesso em: 18 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Projeto Fábricas de Gelo**. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/infraestrutura-e-fomentompa/infraestrutura/logistica-gestao/equipamentos-publicos-de-apoio-a-rede-de-logistica-da-pesca-e-aquicultura/26-infraestrutura-e-fomento/450-fabricas-de-gelo>> Acesso em: 22 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/DATER, 2004. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Politica%20Nacional%20de%20ATER.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>> Acesso em: 22 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. BRASÍLIA (IBAMA). **Estatística da pesca 1998 Brasil – grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: [S.n.], 2000.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p.

MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Portugal: Biblioteca Universitária, 1973.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PIRES, A. H. B.; LIMA, I. S. A abordagem agroecológica na extensão rural: ferramenta político-metodológica para reflexões sobre o desenvolvimento local. In: LIMA, I. S. (Org.). **Extensão Rural e o Desenvolvimento Local: Uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática**. Recife: UFRPE, 2012. 278p.

PIRES, M. L. L. S.; ALBUQUERQUE, P. A. T. S.; JUSTE, Y. P. V. **Profissão: “pescadora e com orgulho”**. O papel da Colônia Z-10 de Itapissuma na criação da identidade profissional feminina. In: CALLOU, A.B.F. (Org.). **Movimentos Sociais na Pesca**. Recife: [S.n.], 2014. 288p.

PLANO Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014: Cartilha do Pescador e Aquicultor, Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasília: [S.n.], 2012.

RAMALHO, C. W. N.; O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP): a força de um mediador sociopolítico. In: CALLOU, A.B.F. (Org.). **Movimentos Sociais na Pesca**. Recife, 2014. 288p.

SARAIVA, R. **Políticas públicas e extensão pesqueira para o desenvolvimento local: Estudo das estratégias de comunicação dos Projetos Renascer (PCPR II) e PROMATA (Peixe de Rede) nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e**

Tejucupapo, Goiana – Pernambuco. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2008.

SECCHI, L. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável:** métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SILVA, J. S. Instituto Terramar: experiência de uma organização não governamental nas comunidades pesqueiras do Ceará. In: PRORENDA RURAL (Org.). **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos.** Recife: Bagaço, 2003. 232p.

SILVA, L. G. Caiçaras e jangadeiros. **Cultura marítima e modernização no Brasil (1920 -1980).** Série de Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 1. São Paulo: NUPAUB, 2004. Disponível em: <[HTTP://www.usp.br/nupaub/luisgeraldo.pdf](http://www.usp.br/nupaub/luisgeraldo.pdf). Acesso em: 13 jul. 2009.

SIRY, B. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: PRORENDA RURAL (Org.). **Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos.** Recife: Bagaço, 2003. 232p.

STADTLER, H. Lideranças femininas e identidade de gênero na pesca artesanal. In: CALLOU, A.B.F. (Org.). **Movimentos Sociais na Pesca.** Recife: [S.n.] 2014.

VASCONCELOS, G. O. **As políticas públicas e o desenvolvimento das comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco.** 2009. 109f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo:** Guia Prático – DRP. Brasília: [S.n.], 2006.

VIEIRA, E.M.M.; LIMA, I.M.M.R. Um novo olhar para a extensão pesqueira: Gênero na prática organizativa das mulheres marisqueiras. In: PRORENDA RURAL (Org.). **Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos.** Recife: [S.n.], 2003. 232p.

APÊNDICE

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX

Departamento de Educação

- **Entrevista Semi-estruturada realizada com moradores da comunidade pesqueira de Atapuz, Goiana-Pernambuco em 12.12.2013, sexta-feira:**

Bloco 1: Identificação

Nome:

Endereço para contato:

E-mail:

Sexo: Idade:

Escolaridade:

() Fundamental completo () Fundamental incompleto () Médio incompleto

() Médio completo () Superior, qual? _____

() Pós-Graduação, qual? _____

Quantos membros tem sua família?

Você exerce alguma atividade remunerada? Qual?

Quantas pessoas da sua família contribuem com a renda familiar?

Você ou alguém da sua família trabalha com a pesca artesal (marisqueira, sirizeira, pescador etc)?

Bloco 2: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local:

1. Você sabe o que são Políticas Públicas?
2. Sabe dizer de que forma as Políticas Públicas estão presentes em sua vida?
3. Existe alguma Política Pública em Atapuz?
4. Qual/Quais? Sabe o nome delas?
5. Você participa de algum desses programas?
6. Você acha que este (s) Programa (s) contribuem com a melhoria de vida de sua família e/ou comunidade? Se sim, como?
7. Como era a vida de sua família e/ou comunidade antes desse (s) Programa (s)?

8. Você desenvolve alguma atividade que envolva outras pessoas da comunidade? Se sim, qual?

9. Desenvolve algum trabalho produtivo na própria comunidade?

10. Que a diferença que você em Atapuz hoje que não via antes da chegada desses Programas?

Bloco 3: A atividade pesqueira

1. Quantas vezes por semana você sai para pescar? Por quê?

2. O que você pesca?

3. Você consegue tirar o sustento da pesca?

4. Qual o melhor período para o seu trabalho? Por quê?

5. Quais são os melhores pescadores em Atapuz?

6. O que é preciso para obter um bom pescado?

7. De todos os pescados de Atapuz, qual dá maior retorno financeiro? Por quê?

8. Qual o peixe mais pescado em Atapuz?

Bloco 4: Manifestações Culturais

1. Quais são as festas folclóricas e/ou religiosas que acontecem em Atapuz?

2. Quem participa destas festas?

3. Que festejos aconteciam e que hoje não acontecem mais em Atapuz? Por quê?

4. Você acha que estes festejos são importantes para Atapuz? Se sim, por quê?

5. Questão aberta para alguma dúvida que surja durante a entrevista:

ANEXOS

Atendendo ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, as Políticas Públicas existentes em Pernambuco, segundo a SEAP/PE, são:

- **Programa Paulo Freire:**

Desenvolvido no marco do Programa Brasil Alfabetizado – MEC/SECADI o Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado constitui iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco em seu compromisso com o Plano Nacional de Educação, tendo como desafio a integração de ações que conduzam a erradicação do analfabetismo e a promoção da elevação da escolaridade da população jovem, adulta e idosa, priorizando o atendimento aos grupos menos favorecidos economicamente.

Tem como objetivo promover uma educação de qualidade social para à população jovem, adulta e idosa não alfabetizada, assegurando seu ingresso e permanência no processo educativo, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para sua inclusão e seguridade social.

O Programa atende pessoas com quinze anos ou mais, não alfabetizada, residentes em zona urbana, zona rural, em terra indígena, terra quilombola, assentamento ou acampamento rural, ilhas, templos religiosos, periferias de grandes, médios ou pequenos centros urbanos, áreas de risco, nos chamados “territórios de Cidadania”, onde atua em ações integradas com o Programa Governo Presente/Pacto pela Vida, pescadores, moradores do litoral e áreas ribeirinhas, conforme os assistidos pelo MPA/Programa Pescando Letras, e adultos em cumprimento de penas em unidades prisionais e jovens em regime de restrição de liberdade, em unidades de medidas socioeducativas - CASEs/FUNASE (MEC, 2013).

- **Programa Pescando Letras:**

Programa de alfabetização para os pescadores profissionais e aquicultores familiares.

A proposta pedagógica do Programa Pescando Letras considera, portanto, o chão no qual está calcada a experiência sociocultural dos sujeitos que integram determinada

comunidade, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados por eles ao longo de suas histórias. A realidade socioeconômica e o desejo que impulsionam o ingresso ou reingresso em uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita apenas à alfabetização.

Nessa perspectiva, a alfabetização é considerada apenas o começo de um processo mais amplo do aprendizado da leitura e da escrita, de continuidade da escolarização, de formação permanente ligada ao trabalho. É, assim, a primeira caminhada de uma trajetória a ser percorrida por toda a vida.

O Programa Pescando Letras tem como objetivo geral atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sociopolítico dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos.

São também, propósitos deste Programa ampliar, com a leitura da palavra, a leitura de mundo dos pescadores profissionais e aquicultores familiares; viabilizar uma participação mais ativa da categoria dos pescadores profissionais e aquicultores familiares nas decisões relacionadas ao seu trabalho e à sua vida; consolidar o exercício de sua cidadania pelo aprofundamento de seu compromisso com o equilíbrio ecológico dos mares e dos rios; criar as condições pedagógicas necessárias para a apropriação e zelo do seu patrimônio cultural; reforçar os laços de pertencimento e sociabilidade comunitária explorando seus recursos de expressão e comunicação: as festas, as danças, a oralidade e a poesia, os cantos e os rituais das dádivas e retribuições; contribuir para o fortalecimento de sua identidade profissional e para o desenvolvimento de sua competência, favorecendo uma participação mais efetiva nas organizações representativas do setor; trazer à tona, valorizar e socializar seus saberes e, ampliando as possibilidades de construção democrática do país com sua história, suas vozes, seus registros (MEC, 2013).

- **ProJovem – Saberes da Terra:**

Oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o

acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

Implementado em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cuja a gestão é da Secretaria Nacional de Juventude. O Projovem possui outras três modalidades, Adolescente, Trabalhador e Urbano (MEC, 2013).

- **Programa Telecentros Comunitários:**

Programa do Ministério das Comunicações que tem como objetivo a doação de equipamentos de informática, multimídia, mobiliários e sinal de Internet para montagem e instalação de Telecentros Comunitários nos 5.564 municípios brasileiros. Tudo isso para possibilitar para toda a população do município o uso gratuito de computadores e o acesso à internet. A utilização do Telecentro é gerida por um Conselho Gestor de Inclusão Digital que a Prefeitura do Município deve criar.

O objetivo do Programa Telecentros Comunitários é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades aos cidadãos. Partindo das premissas: Inserção do cidadão na sociedade da informação por meio da utilização de ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), visando a redução da exclusão digital e social; Implantação de telecentro como um espaço público que permita ao cidadão interagir com outros que já tenham acesso aos recursos das TICs, bem como com o Poder Público, por meio dos Portais de Governo Eletrônico; Utilização de ferramentas (computadores, impressoras, conectividade e outros equipamentos audiovisuais e/ou multimídia), para uso em capacitações e atividades diversas ligadas à Inclusão Digital para todo o público alvo.

O Programa promove o uso livre dos equipamentos; o acesso à internet; ofertar cursos de informática básica e curso de navegação na internet; o uso preferencial de softwares de plataforma aberta e não proprietária, conforme as diretrizes do Governo Federal; a realização de oficinas de capacitação e oficinas diversas que possam utilizar as TICs disponíveis no telecentro; produção e compartilhamento de conhecimento coletivo (conteúdos produzidos a partir das capacitações); a realização de atividades

sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento e oficinas de alfabetização digital (MC, 2013).

- **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC:**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

O projeto tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica e melhorar a qualidade do ensino médio.

- **Programa Fábrica de Gelo:**

As fábricas de gelo são disponibilizadas pelo MPA mediante prévio Edital de Seleção Pública. A finalidade consiste em estabelecer uma política nacional e permanente de apoio à estruturação da cadeia produtiva do pescado, com fabricação e distribuição de gelo, visando:

- a) Melhorar a qualidade / sanidade do pescado ofertado por meio de condições adequadas de conservação e armazenamento;
- b) Contribuir para a redução de custos do processo produtivo mediante a diminuição da cadeia de intermediação na oferta deste insumo básico;
- c) Aumento da renda dos pescadores artesanais.

A sistemática do programa leva em consideração, dentre outros, os seguintes critérios para seleção dos beneficiários: a) Número de pescadores registrados no Registro Geral de Pescadores - RGP; b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do

município; c) Acompanhamento por instituições de assistência técnica/extensão pesqueira; d) Município incluído nos Territórios da Pesca; e) Experiência na realização de projetos ou gestão de empreendimentos afins; f) Capacitação (da entidade ou de parte de seus membros) em áreas afins ao projeto ou à gestão de empreendimentos.

Uma vez selecionados os beneficiários, as fábricas de gelo são disponibilizadas mediante Termos de Permissão de Uso, pelo período de quatro anos, em módulos de 1, 2, 3, 8 e 9 toneladas de gelo / dia de acordo com a demanda.

O universo de permissionários abrange desde Prefeituras Municipais até entidades como colônias, associações, cooperativas e sindicatos de pescadores. Até o presente momento já foram entregues cento e trinta e três fábricas de gelo, o que representa aproximadamente 79% do total de equipamentos contratados (MPA, 2013).

- **Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014:**

O Plano Safra da Pesca e Aquicultura foi elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, sendo então, uma política do Governo Federal.

O Plano tem como objetivo estimular a produção nacional de pescado e promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, aumentando a renda do pescador profissional, da marisqueira, dos aquicultores que cultivam peixes, camarões, ostras, mexilhões e vieiras, algas e peixes ornamentais.

Uma das principais medidas é a maior oferta de crédito com redução das taxas de juros, aumento dos prazos de carência e de pagamento.

O crédito do Plano Safra destina-se aos micros, pequenos, médios e grandes produtores de pescado e, também, ao agricultor familiar que quiser iniciar a criação de peixes em sua propriedade (SAFRA, 2012).

- **Projetos Gente de Maré:**

Os projetos do “*Gente de Maré*” foram elaborados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e executados pela Organização Não Governamental World Fisheries Trust, do Canadá. A Agência Canadense de Cooperação Internacional (CIDA) patrocinou o projeto com recursos da ordem de 1,5 milhão de dólares canadenses. A Organização das

Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) também ofereceu suporte ao projeto.

- **Programa Bolsa Família (PBF):**

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O Programa atende mais de treze milhões de famílias em todo território nacional de acordo com o perfil e tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o variável nutriz (BVN) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP). Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família – considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até dezessete anos, de gestantes, nutrizas e de componentes da família.

A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10. 836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5. 209/04.

A seleção das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal,

instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício (MDS, 2013).

- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti):**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a dezesseis anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de catorze anos. O Programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil.

O Peti está estruturado estrategicamente em cinco eixos de atuação: informação e mobilização, com realização de campanhas e audiências públicas; busca ativa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; transferência de renda, inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais e encaminhamento para serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer ou trabalho; reforço das ações de fiscalização, acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articuladas com Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares; e monitoramento (MDS, 2013).

- **Programa Saúde da Família (PSF):**

O Programa de Saúde da Família – PSF tem o objetivo de desenvolver ações de promoção e proteção à saúde do indivíduo, da família e da comunidade, prestando assistência integral, na unidade de saúde e no domicílio de forma contínua, com

resolubilidade e boa qualidade às necessidades de saúde da população, intervindo sobre os fatores de risco no qual a população está exposta.

O PSF elege a família e o seu espaço social como núcleo básico de abordagem no atendimento à saúde, humaniza as práticas de saúde através do estabelecimento de vínculo entre os profissionais de saúde e a população, proporciona parcerias através do desenvolvimento de ações intersetoriais, contribui para a democratização do conhecimento do processo saúde / doença, da organização dos serviços e da produção social da saúde, faz com que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão da qualidade de vida e estimula a organização da comunidade para o efetivo exercício do controle social.

- **Saúde do Adulto / Idoso:**

As ações em promoção à saúde do adulto / idoso envolvem as seguintes atividades:

- Controlar a pressão arterial;
- Orientar sobre dietas especiais e alternativas, práticas de esportes, trabalho e atividades da vida diária que afetam a saúde;
- Orientar sobre a prevenção de doenças cardiovasculares – dieta, exercícios físicos e uso do cigarro e das bebidas alcoólicas;
- Orientar sobre agentes externos causadores de doenças, como: alcoolismo, toxicomanias, tabagismo, poluição, etc.;
- Orientar sobre a prevenção do câncer;
- Orientar o idoso sobre limpeza e curativo de feridas, hidratação cuidados com os pés, alimentação, higiene corporal, atividade física, etc;
- Orientar sobre a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- Orientar as famílias para o cuidado e apoio aos pacientes crônicos e às pessoas idosas;
- Organizar e supervisionar grupos de pacientes: hipertensos, diabéticos, gestantes, jovens (planejamento familiar, DST/AIDS), doentes mentais, etc.;

Promover o bem estar físico e psíquico da população com mais de 60 anos, incentivando sua permanência na comunidade.

- **Saúde da Mulher:**

As ações voltadas para a saúde da mulher envolvem:

- Diminuir a morbi-mortalidade feminina por causas preveníveis e controláveis;
- Melhorar a qualidade de atendimento à mulher em todas as fases do seu ciclo vital;
- Detecção precoce das patologias sistêmicas do aparelho reprodutivo e DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), assegurando o tratamento;
- Orientação sobre planejamento familiar para a escolha e uso do método contraceptivo adequado;
- Fazer o acompanhamento pré-natal de todas as gestantes (mínimo de seis consultas durante a gestação), intensificando o número de visitas dos casos de alto risco. Fazer o cartão da gestante;
- Prevenir o Tétano neonatal e a difteria, vacinando a gestante com vacina dupla tipo adulto;
- Criar grupos de gestantes, para debater Práticas de Educação em Saúde;
- Discutir sobre a sexualidade e relacionamento do casal na gravidez;
- Estimular aleitamento materno;
- Cuidado com o recém-nascido, acompanhamento e desenvolvimento;
- Diminuir a mortalidade perinatal com o cuidado à gestante, de risco;
- Fazer a prevenção do câncer do colo do útero e da mama;
- Orientar a mulher na sua fase climatérica.

- **Saúde da Criança**

- Reduzir a morbi-mortalidade nas crianças;
- Promover a assistência ao recém-nascido, o aleitamento materno e a orientação alimentar adequada para a idade;
- Promover acompanhamento do desenvolvimento físico e psíquico da criança, como eixo da assistência;
- Imunizar todas as crianças, conforme esquema estadual, supervisionando o seu crescimento;
- Orientar sobre a prevenção de verminoses;

- Promover atividades de educação para a saúde, com ênfase na participação da família na assistência à criança, na prevenção de acidentes e das doenças mais frequentes.

- **Saúde do Adolescente**

- Promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral do seu crescimento e desenvolvimento, buscando reduzir morbi-mortalidade e os desajustes individuais e sociais;

- Planejar e elaborar com os diferentes setores um plano estratégico de ações específicas para adolescentes, voltados à saúde reprodutiva e saúde materna infantil (MS, 2013).

- **Programa Chapéu de Palha:**

Da Zona da Mata, passando pelo Sertão, e agora no rio e mar, o Programa Chapéu de Palha está presente nas doze regiões de Desenvolvimento de Pernambuco. Originalmente criado em 1988, pelo então governador Miguel Arraes, o Chapéu de Palha chega como alternativa de apoio aos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar frente aos desafios causados pelo desemprego em massa durante o período da entressafra.

No ano de 2012 os pescadores foram inseridos nesta grande ação de política pública e de inclusão social, abrangendo cinquenta e sete municípios pernambucanos, dentre eles, Goiana, onde encontra-se o distrito de Atapuz. As três frentes de atuação do Programa Chapéu de Palha são asseguradas por lei e, independente do governo que esteja à frente da administração do Estado, os trabalhadores da palha da cana, da fruticultura irrigada e os pescadores artesanais serão assistidos. Desde 2012, já são mais de cinquenta e três mil beneficiários atendidos pelo Programa Chapéu de Palha, em seus três setores de abrangência, em noventa e três municípios diferentes.

O programa atua gerando renda, reforço alimentar, capacitação e melhoria da qualidade de vida da população afetada. Dessa maneira, ele contribui para as áreas de educação, saúde, cidadania, habitação, infraestrutura e meio ambiente do campo.

O Programa é destinado:

- Às famílias dos trabalhadores rurais desempregados em virtude da entressafra do cultivo da cana de açúcar e da fruticultura irrigada, residentes nos municípios do Estado de Pernambuco, que se encontre em situação de pobreza, conforme definido no Programa Bolsa Família;

- Aos jovens entre dezoito a vinte e quatro anos que sejam desempregados em virtude da entressafra da cana de açúcar ou que sejam integrantes de família que tenha desempregado pelo mesmo motivo.

- Às famílias das pescadoras e dos pescadores artesanais e de subsistência, inclusive pescadoras e pescadores de marisco, sem renda em virtude das condições adversas para a pesca durante o período de inverno, que se encontrem em situação de pobreza;

- Às famílias desabrigadas ou desalojadas por força das chuvas ocorridas em 2010.

A família devidamente cadastrada terá direito a benefício no valor de até R\$190,00 se oriunda da cana de açúcar e de até R\$232,50 se oriunda da fruticultura irrigada.

O jovem entre dezoito a vinte e quatro anos, oriundo da cana de açúcar, devidamente cadastrado no Programa terá direito a benefício no valor de R\$150,00.

A família cadastrada para receber o Auxílio-Moradia faz jus ao benefício financeiro mensal no valor de R\$ 150,00 cada.

A família cadastrada para receber o Auxílio-Reconstrução faz jus ao benefício financeiro mensal de valor equivalente à diferença entre o salário mínimo vigente e o valor pago a título de Auxílio-Moradia.

A família que atender aos requisitos do cadastramento para receber o Auxílio-Pesca Artesanal faz jus ao benefício financeiro no valor de R\$ 242,00, durante 4 meses por ano.

- **Programa MOVA-Brasil:**

Inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), criado pelo educador Paulo Freire, o Projeto MOVA-Brasil segue no caminho para além das letras e números. Desenvolvido por meio de uma parceria entre Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire (IPF), tem como finalidade promover a dignidade humana garantindo aos indivíduos e às comunidades a

oportunidade de reconstruírem seu destino e de conquistarem o direito à cidadania plena e participativa.

O Programa fundamenta-se nos princípios filosófico-político-pedagógicos de Paulo Freire. A ação pedagógica se desenvolve com base na *Leitura do Mundo* do (a) educando (a), a partir da qual se identificam as situações significativas da realidade em que está inserido. Desse processo, surgem os *Temas Geradores* que, por sua vez, orientam a escolha dos conteúdos programáticos.

O objetivo do Programa MOVA-Brasil é:

- Contribuir para a redução do analfabetismo no Brasil, o fortalecimento da cidadania e a construção de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA);

- Estabelecer parcerias com outros projetos do Programa de Responsabilidade Social da Petrobras *Desenvolvimento & Cidadania* e com organizações, sindicatos, movimentos sociais e populares e governos;

- Organizar turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos em regiões prioritárias para os parceiros envolvidos no processo;

- Formar coordenadores de polo, assistentes pedagógicos, coordenadores locais e monitores.

- **Programa Mais Educação:**

O Programa Mais Educação induz e subsidia a implantação da Educação Integral nas escolas públicas do país. O Programa tem como princípios: a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais; a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral; a integração entre as políticas educacionais e sociais; e a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral.

As atividades a serem desenvolvidas são selecionadas pela escola a partir dos seguintes campos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza; educação econômica.

A previsão é de que quinze mil novas escolas, dentre as instituições listadas, façam a adesão. Estima-se que entre 60% e 80% delas contarão com maioria de alunos do Programa Bolsa Família (PBF). A meta até o final de 2014 é de que pelo menos metade de todas as escolas que ofertam educação integral por meio do Programa Mais Educação sejam aquelas com maioria de alunos do PBF. Hoje, elas representam 29% do total de escolas no Programa.

O processo de adesão das escolas teve início em novembro de 2013 e a estimativa é de que seja finalizado até abril (MEC, 2013).

- **Programa Brasil Alfabetizado (PBA):**

O Programa está inserido no eixo Acesso a Serviços do Plano Brasil Sem Miséria. É um Programa de alfabetização de jovens a partir de quinze anos, adultos e idosos, formulado e implementado pelo Ministério da Educação (MEC).

Como principal estratégia de ação, o PBA apoia e financia projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos apresentados pelos estados, municípios e Distrito Federal. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC), é o órgão responsável pela coordenação e pelo gerenciamento do Programa em todo o país.

O Programa Brasil Alfabetizado PBA tem como objetivo promover a superação do analfabetismo e contribuir para a continuidade dos alfabetizados nos estudos. O PBA tem como prioridade o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria, ou seja, famílias extremamente pobres, bem como as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

